

## Novos negócios



### São Martinho investe em centro de inovação

A São Martinho inaugurou, em Pradópolis (SP), um Centro de Inovação dedicado ao desenvolvimento de soluções tecnológicas em parceria com startups e universidades. A companhia investiu mais de R\$ 150 milhões para levar conectividade aos 350 mil hectares de lavoura de cana-de-açúcar das quatro usinas no Brasil. A companhia vem investindo em transformação digital desde 2015. **PÁGINA 8**

## Contágio

### Yellen: bancos menores podem sofrer intervenção

A secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, indicou que uma intervenção aos moldes da que ocorreu com os Silicon Valley Bank (SVB) e Signature Bank pode ser feita em bancos menores, caso as instituições sofram com corridas que representem risco de contágio. "As medidas que tomamos não foram focadas em ajudar bancos específicos ou classes de bancos." **PÁGINA 5**

## Reforma

### Tebet admite que baixo crescimento aflige

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse que a reforma tributária e uma regra fiscal responsável permitiriam um crescimento econômico sustentável, sem pressões inflacionárias ou aumento do endividamento. "O baixo crescimento econômico no Brasil aflige." **PÁGINA 3**

## Aumento de capital

### Americanas arquiva plano de recuperação

A Americanas informou que seu Conselho de Administração aprovou os termos e condições do plano de recuperação judicial, bem como sua apresentação nos autos do processo de recuperação judicial do Grupo Americanas, em curso perante a 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. **PÁGINA 4**

O presidente afirmou que pretende reestatizar a Eletrobras

# Lula adia divulgação do novo arcabouço fiscal

O presidente afirmou que o projeto já está maduro, mas é preciso cuidado para não faltar recursos para investimentos, saúde e educação



Lula Marques - Agência Brasil

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou na terça-feira, 21, que o novo arcabouço fiscal será divulgado apenas após a viagem dele à China. A ida ao país asiático começa neste fim de semana e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fará parte da comitiva. "Por que não pode ser antes? Nós embarcamos sábado, Haddad não pode comunicar isso aí. Seria estranho, eu anuncio e vou embora. Haddad tem que anunciar e ficar aqui para responder, debater, dar entre-

vista, falar com sistema financeiro, com a Câmara dos Deputados, Senado, outros ministros", disse. O presidente minimizou a pressão enfrentada pelo ministro da Fazenda, vinda de membros do Partido dos Trabalhadores. "Haddad pensa igual ao governo, não há nenhum problema do PT contra ele", disse Lula. "Tenho certeza que Haddad vai ajudar a resolver a questão da economia. É uma questão de tempo." Ele destacou ainda o histórico de Haddad à frente da pasta da Educação e a sua competência para "fazer o que tem que ser feito". **PÁGINA 2**

## AUTONOMIA

### Lula volta a atacar taxa de juros e o presidente do Banco Central

No primeiro dia da reunião de março do Copom, o presidente Lula, voltou a atacar o patamar dos juros no País e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Ele afirmou que é "irresponsabilidade" da autoridade monetária manter os juros em 13,75% ao ano e disse achar que Campos Neto não tem compromisso com a lei que determinou a autonomia do BC. Para Lula, só o sistema financeiro concorda com esse nível de juros. "Não há nenhuma razão, nenhuma explicação, nenhuma lógica, só quem concorda com juros alto é o sistema financeiro, que sobrevive e vive disso." **PÁGINA 2**

## EXPANSÃO

### Haddad: arcabouço vai permitir ao País planejar o longo prazo

**PÁGINA 3**

## PRECONCEITO



Marcelo Camargo / Agência Brasil

### Violência é expressão do racismo em diversas partes do mundo

**PÁGINA 5**

## LIMITES

### Appy diz que reforma vai tornar o sistema tributário mais simples

O secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a Reforma Tributária, Bernard Appy, disse na terça-feira, 21, que as mudanças nas regras vão tornar o sistema de cobrança e incidência de impostos "extremamente mais simples" do que o existente hoje. "No limite, a gente não quer que tenha escrituração contábil", considerou, lembrando que o uso de registros como este ocorre quando há exceções. **PÁGINA 6**



## VIRTUDE

### Michelle Bolsonaro assume PL Mulher e faz ironias sobre escândalo das joias

**PÁGINA 7**

**IBOVESPA** 100.998,13 ↑ 0,07%

#### Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
ALPARGATAS PN N1	8,71	+3,44%	+0,29
YDUQS PART ON NM	7,35	+3,38%	+0,24
PETZ ON NM	6,55	+3,31%	+0,21
FLEURY ON NM	14,44	+3,36%	+0,47
GRUPO SOMA ON NM	8,360	+2,45%	+0,200

#### Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
LOCAWEB ON NM	5,51	-5,97%	-0,35
CARREFOUR BRON NM	11,64	-4,20%	-0,51
CSNMINERACAOON N2	4,500	-4,05%	-0,190
RAIZEN PN ED N2	2,380	-3,64%	-0,090
ELETOBRAS ON N1	30,83	-3,48%	-1,11

#### Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
VALE ON ED NM	82,71	-0,84%	-0,70
PETROBRAS PN N2	23,40	+2,05%	+0,47
ITAUUNIBANCOPN N1	23,88	+2,05%	+0,48
BRADESCO PN N1	13,14	+0,31%	+0,04
B3 ON NM	11,17	-0,09%	-0,01

#### BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	32.560,60	+0,98%
S&P 500	4.002,87	+1,30%
NASDAQ	11.860,11	+1,58%
DAX 30	15.195,34	+1,75%
FTSE 100	7.536,22	+1,79%
IBEX 35	9.049,40	+2,45%

DÓLAR COMERCIAL			
COMPRA	VENDA		
5,245	5,246	↑ 0,05%	

PESO			
COMPRA	VENDA		
0,025	0,026	↓ -0,19%	

EURO			
COMPRA	VENDA		
5,647	5,651	↑ 0,52%	

LIBRA			
COMPRA	VENDA		
6,407	6,410	↓ -0,30%	

OURO			
BM&FBOVESPA/GRAMA	COMEX NY/ONÇA		
321,00	USD\$ 1.941,62		

## ANÁLISE

## CRÉDITO CARO

# Presidente adia a divulgação do novo arcabouço fiscal

O presidente reforçou que é preciso discutir um pouco mais sobre o arcabouço fiscal e não há pressa na divulgação como “algumas pessoas do setor financeiro querem”

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou na terça-feira, 21, que o novo arcabouço fiscal será divulgado apenas após a viagem dele à China. A ida ao país asiático começa neste fim de semana e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fará parte da comitiva.

“Por que não pode ser antes? Nós embarcamos sábado, Haddad não pode comunicar isso aí. Seria estranho, eu anúncio e vou embora. Haddad tem que anunciar e ficar aqui para responder, debater, dar entrevista, falar com sistema financeiro, com a Câmara dos Deputados, Senado, outros ministros”, disse Lula.

A expectativa, até então, era que o novo arcabouço fiscal fosse divulgado antes da viagem. Lula afirmou que o projeto já está maduro, mas é preciso cuidado para não faltar recursos para investimentos, saúde e educação.

O presidente da República reforçou que é preciso discutir um pouco mais sobre o novo arcabouço fiscal e não há pressa na divulgação como “algumas pessoas do setor financeiro querem”.

“É preciso discutir um pouco mais. A gente não tem que ter a pressa que algumas pessoas do setor financeiro querem”, disse Lula.

Ele reforçou, no entanto, que fará o marco fiscal e mostrará ao mundo que tem responsabilidade com as contas públicas.

Na entrevista, o presidente Lula minimizou a pressão enfrentada pelo ministro da Fazenda, vinda de membros do Partido dos Trabalhadores. “Haddad pensa igual ao governo, não há nenhum problema do PT contra ele”, disse Lula. “Tenho certeza que Haddad vai ajudar a resolver a questão da economia. É uma questão de tempo.”

Lula destacou ainda o histórico de Haddad à frente da pasta da Educação e a sua competência para “fazer o que tem que ser feito”.

O presidente afirmou ainda que pretende reestatizar a Eletrobras apenas sete meses após o processo de privatização da empresa. Lula disse que, se o governo tiver condições, “voltaremos a ser dono” da companhia energética e garantiu que “não vai ficar por isso” a venda da maior fatia de participação na empresa a investidores privados.

“O que foi feito na Eletrobras foi um crime de lesa-pátria. Você privatizou uma empresa daquele porte e usou o dinheiro para o quê? É como se você tivesse a sua casa e dissesse que decidiu vender a sua casa para pagar a sua dívida. Você vai ficar com o que na vida? Uma empresa como a Eletrobras é um patrimônio desse País e tem que ter muita responsabilidade”, argumentou Lula. “Eu espero que um dia, se a gente tiver condições, a agente volte a



Lula: “Haddad pensa igual ao governo, não há nenhum problema do PT contra ele. Tenho certeza que Haddad vai ajudar a resolver a questão da economia”

## ESPECULAÇÕES

## Lula volta a atacar a taxa de juros e o presidente do BC

No primeiro dia da reunião de março do Comitê de Política Monetária (Copom), o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, voltou a atacar o patamar dos juros no País e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Em entrevista ao vivo à TV 247, Lula afirmou que é “irresponsabilidade” da autoridade monetária manter os juros em 13,75% ao ano e disse achar que Campos Neto não tem compromisso com a lei que determinou a autonomia do BC.

Para Lula, só o sistema financeiro concorda com esse nível de juros. “Não há nenhuma razão, nenhuma explicação, nenhuma lógica, só quem concorda com juros alto é o sistema financeiro, que sobrevive e vive disso. E ganha muito dinheiro com as especulações. Mas as pessoas sérias que trabalham, os empresários que investem, sabem que não está correto”, disse o presidente aos jornalistas.

E emendou: “Eu acho que o presidente do Banco Central não tem compromisso com a lei que foi aprovada de autonomia do BC. A lei diz que é preciso cuidar da responsabilidade da política monetária, mas é preciso cuidar da inflação também, do crescimento do emprego, coisa que ele não se importa.”

Lula disse que vai continuar “batendo” e “tentando brigar” para que haja uma redução nos juros brasileiros que, segundo ele, não estão embasados por razão, explicação ou lógica.

Ele afirmou nunca ter se importado com autonomia do Banco Central e lembrou que, só daqui a dois anos, poderá mudar o presidente do órgão.

Na mesma entrevista, o presidente Lula relembrou o êxito econômico conquistado durante suas gestões passadas e assumiu que, atualmente, o cenário para fazer com que a economia volte a crescer não está fácil.

Lula destacou que é preciso fazer “as

coisas que têm que ser feitas”, ao citar o restabelecimento da política de financiamento, a retomada das Parcerias Público-Privadas (PPPs) e o estímulo ao crédito para pequenos e médios produtores, e emendou: “Não fiquem preocupados com a economia porque vamos fazer a economia voltar a crescer.”

“Eu sei que agora não tá fácil (fazer economia crescer). Não está fácil no mundo, não está fácil no Brasil, na América do Sul, na América Latina, nos Estados Unidos. Mas eu acho que precisamos fazer as coisas que têm que ser feitas para a economia voltar a crescer”, disse Lula durante a entrevista ao vivo à TV 247. “Precisamos estabelecer uma política de financiamento. Com os poucos recursos que nós temos, temos que fazer com que PPP volte a funcionar e incentivar a construção de PPP, voltando a parceria entre setor público e setor privado. Precisamos fazer muito crédito mesmo”, afirmou.

ser dono da maior empresa de energia que esse País já teve”, completou.

As críticas ao processo de privatização da Eletrobras marcaram a campanha presidencial petista e ainda estão presentes nos discursos de Lula após tomar posse. Em fevereiro deste ano, o presidente disse que os termos da privatização

da empresa são “leoninos” e “erráticos”, assim como “lesa-pátria”. Na ocasião, Lula ainda orientou que a Advocacia Geral da União (AGU) a solicitar a revisão do contrato.

Na entrevista, Lula voltou a fazer menções a empresa, mas desta vez alinhando às críticas ao processo de privatização às queixas que tem feito à taxa de juros

definida pelo Banco Central.

O presidente classificou como “irresponsabilidade” a venda da Eletrobras para pagar juros da dívida interna enquanto defendia a ampliação dos investimentos públicos em infraestrutura e programas sociais.

Lula também afirmou ter orientado o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, a

suspender a venda de todos os ativos da empresa. Uma de suas promessas durante a campanha eleitoral era paralisar todos os processos de privatização de empresas federais.

Em seu primeiro dia de governo, Lula determinou via decreto a suspensão de oito estudos e processos de desestatização em curso no governo.

## Intenção de consumo sobe e atinge maior patamar

Os brasileiros ficaram mais propensos às compras em março, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O indicador Intenção de Consumo das Famílias (ICF) avançou 0,8% em relação a fevereiro, já descontados os efeitos sazonais, para o patamar de 96,7 pontos, maior nível desde março de 2020.

“Embora tenha mantido tendência de alta, o avanço foi o menos expressivo em um ano, e a intenção de consumo segue abaixo da zona de avaliação positiva (100 pontos) desde 2015”, ponderou a CNC, em nota oficial. Na comparação com março de 2022, o ICF subiu 23,7%.

Na passagem de fevereiro para março, seis dos sete componentes do ICF registraram expansão: Emprego atual (alta de 0,6%, para 120,5 pontos), Renda atual (1,7%, para 112,5 pontos), Nível de consumo atual (2,3%, para 80,3 pontos), Perspectiva profissional (0,7%, para 113,3 pontos), Perspectiva de consumo (3,2%, para 103,6 pontos) e Momento para consumo de bens duráveis (3,1%, para 56,0 pontos).

O único componente com retração no mês foi o de Acesso ao crédito, recuo de 0,8%, para 90,5 pontos. Em março, 37% das famílias declararam que o acesso ao crédito estava mais difícil. Além disso, três em cada quatro consumidores consideraram que o momento não é favorável para aquisição de bens duráveis.

“O crédito está mais caro e seletivo, principalmente para os consumidores de menor renda, e tem levado cada vez mais famílias a repensar compras de longo prazo”, avaliou a economista Izis Ferreira, responsável pelo estudo da CNC, em nota oficial.

A entidade ressaltou que a perspectiva de consumo se destacou com o maior crescimento mensal pelo terceiro mês consecutivo.

Desde outubro do ano passado, a perspectiva de consumo tem avançado mais que o nível de consumo atual. Segundo a CNC, o movimento revela que “as famílias anseiam por condições de consumo melhores no futuro”.

No mês de março, a intenção de consumo cresceu mais entre os mais ricos: na faixa de renda acima de 10 salários mínimos mensais, houve elevação de 2,2%, ante um aumento de apenas 0,7% no grupo com renda mensal de até 10 salários mínimos.

“Já em relação à satisfação com o emprego atual, o índice avançou mais entre consumidores de rendas média e baixa no primeiro trimestre, enquanto acumulou queda no mesmo período entre os de renda elevada”, apontou a nota da CNC. “Ou seja, cresce mais entre os consumidores com maior renda a frustração em relação ao emprego. O mercado de trabalho tem contratado pessoas com menor nível de escolaridade e menores salários, consumidores nas faixas de menor renda.”

Quanto ao recorte de gênero, a intenção de consumo das mulheres cresceu 1,5% em março, para o patamar de 95,2 pontos.

**Diário Comercial**

Propriedade do Jornal **Diário Comercial** Ltda.

Filiado à:

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA  
Bruna Luz

DIRETOR EXECUTIVO  
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

DIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br  
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.



Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO  
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro  
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL  
SÃO PAULO  
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista  
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000

BRASÍLIA  
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS  
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845

BELO HORIZONTE  
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes  
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232

REPRESENTANTE COMERCIAL  
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01  
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras  
CEP: 71950-770 - Tel: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

DESENVOLVIMENTO

# Haddad espera que o Brasil passe a fazer planejamento de longo prazo

O ministro reconheceu que o Brasil se vê prisioneiro do curto prazo há muito tempo e é uma armadilha da qual o País precisa realmente sair se quiser pensar em desenvolvimento

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse esperar que o novo arcabouço fiscal permita ao País planejar o longo prazo. Ele afirmou que o Brasil passou por um período muito longo de crescimento baixo e pouco ou nenhum planejamento. Segundo o ministro, o País fica preso na "armadilha do curtíssimo prazo".

"O Brasil se vê prisioneiro do curto prazo há muito tempo. É uma armadilha da qual temos de sair se queremos pensar em desenvolvimento. Não é possível um país continental como o Brasil continue a pensar da mão para a boca, com baixa capacidade de planejamento e ambiente muito pouco convidativo ao investimento", disse Haddad.

O ministro falou no seminário "Estratégias de Desenvolvimento Sustentável para o Século XXI", promovido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em parceria com o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Para Haddad, são três os desafios de momento do governo: a questão social, que se faria sentir pelo aumento persistente da pobreza e da desigualdade; a agenda ambiental, que definiu como pauta de interesse mundial; e a "incontornável" sustentabilidade fiscal. "Isso contas saneadas é importante para garantir o desenvolvimento sustentável do País", disse o ministro.

Ele se referiu às novas regras fiscais, já apresentadas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas ainda não tornadas públicas, como a saída das preocupações de curtíssimo prazo. "Espero que o curto prazo se encerre com a aprovação do arcabouço fiscal que substitua o antigo", comentou.

Uma regra que conduza o País para o desenvolvimento sem nenhum risco inflacionário ou descontrole de dívida, mas que, ao mesmo tempo, permita tratar com mais dignidade o cidadão brasileiro e estabeleça parâmetros para o Brasil fazer a sua transição ecológica", disse.

Noutro momento do dis-



Valter Campanato - ABR

Haddad: "os subprodutos dessa reforma tributária nem sempre são considerados pelos comentadores"

curso, Haddad definiu as novas regras fiscais como a linha fina que vai permitir ao chamado governo Lula 3 ser fiel a seus compromissos de campanha e, ao mesmo tempo, "oferecer ao Estado brasileiro uma base fiscal sustentável para garantir direitos sociais previstos na Constituição".

O ministro fez longa defesa da reforma tributária que tramita no Congresso e disse que analistas não têm enxergado todos os seus benefícios para além da simplificação. Segundo Haddad, a reforma vai permitir um "choque de eficiência" na economia brasileira.

Ele se referiu à reforma tributária como uma "agenda de futuro", capaz de preparar crescimento. Com relação a perspectivas de calendário, ele disse que o governo tem "total condição" de aprovar a reforma na Câmara em junho e julho e, no Senado, no segundo semestre deste ano.

"Os subprodutos dessa reforma tributária nem sempre são considerados pelos

comentadores. Não estamos só falando de simplificação, estamos falando de clareza dos tributos", disse o ministro. "Vamos substituir um sistema caótico por outro onde as pessoas sabem o que devem. Vamos levar setores que não estão encadeados do ponto de vista tributário, mas que já estão encadeados do ponto de vista econômico", continuou Haddad.

Nessa linha, ele afirmou, será possível alargar a base de arrecadação incidente sobre consumo sem majorar alíquotas. O ministro reiterou que haverá mais imposto sobre renda e menos tributos sobre consumo. "Isso se aproxima dos melhores sistemas tributários do mundo", disse, ao listar impactos sobre todos os setores da economia.

Para Haddad, a carga tributária sobre a indústria, por exemplo, está no "limite do suportável", um dos fatores sobre o encolhimento do setor. Ele garantiu que as tributações sobre a indústria e exportações serão contempladas na nova legislação. "As regras

de transição dão conforto tanto a empresas quanto aos gestores públicos das três esferas de governo", comentou.

O pacote da reforma junto com as novas regras fiscais devem proporcionar maior estabilidade fiscal e social, disse ele.

Neste ponto, Haddad explicou que a reforma vai trazer benefícios para a baixa renda porque essa faixa da população "consome mais produtos sobretributados do que itens subtributados".

O ministro afirmou, ainda, que a reforma vai contribuir para enfrentar os desafios dos fundos regionais, que "precisam ser repensados" para garantir "desenvolvimento equilibrado em termos regionais".

No mais, a reforma deve desinchar e diminuir os custos da Justiça. "Mais de 30% de todo litígio no poder Judiciário tem como pano de fundo disputas tributárias. O Judiciário custa 1,8% do PIB. Quase metade disso tem a ver com o sistema tributário", disse o ministro.

REFORMAS

## Tebet diz que baixo crescimento aflige

A reforma tributária e uma regra fiscal responsável permitiriam um crescimento econômico sustentável, sem pressões inflacionárias ou aumento do endividamento público, defendeu na terça-feira, 21, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, em carta lida durante o seminário "Estratégias de Desenvolvimento Sustentável para o Século XXI", promovido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em parceria com o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), no Rio de Janeiro.

Em meio às discussões entre especialistas sobre como a manutenção prolongada do elevado patamar da taxa básica de juros, atualmente em 13,75% ao ano, tem despertado preocupações com a desaceleração da atividade econômica, Tebet afirmou, na carta, que o "baixo crescimento econômico" no Brasil aflige, mas evitou atacar a política monetária, preferindo defender a reforma tributária e responsabilidade fiscal.

"Mas como fazer nosso crescimento econômico adquirir patamar elevado, de forma sustentável, sem pressionar a inflação ou elevado endividamento público? Como reativar o PIB em novas bases, numa economia de baixo carbono, que aposta nas formas mais modernas de crescimento?", questionou Tebet, no texto, para sugerir a reforma tributária e uma regra fiscal clara e confiável como soluções.

A ministra fez a defesa da reforma tributária como "fundamental" para proporcionar a competitividade brasileira na economia global e facilitar o ambiente de negócios dentro do País. A simplificação tributária ajudaria "a dar um choque de produtividade". "Ao tornar a vida do contribuinte, pessoa física e pessoa jurídica, mais simples, estaremos dando um choque de produtividade no país. Gastaremos menos horas por dia e dias por ano tentando entender como pagar tributos e impostos. Reduziremos a enorme carga de litígio tributário. O país ficará mais ágil e o custo geral baixará", defendeu.

Segundo a ministra, é preciso reativar o crescimento "sem descuidar em momento algum da responsabilidade com as contas públicas e do controle da inflação".

Ao mencionar a questão de regras fiscais, Tebet defendeu que a inflação impõe um custo maior aos mais pobres. "O presidente Lula sabe bem o mal que a inflação produz no bolso dos mais pobres, dos trabalhadores, das mães, de todos. Não foi à toa que em seus dois governos anteriores ele não mediu esforços para mantê-la sempre dentro das metas do Banco Central", escreveu a ministra. "Uma boa regra fiscal é aquela que, sem deixar de lado os objetivos necessários ao país, transmite credibilidade para a política fiscal do governo. É aquela em que todos confiam que funciona", declarou.

Tebet fez uma defesa da Lei de Responsabilidade Fiscal, como um exemplo que conferiu "grande respeito a condução das contas públicas, mesmo sem estar na Constituição".

ARCABOUÇO FISCAL

# Mercado não prevê mudanças nos juros

Na quarta (22), acontece a Super Quarta com decisões importantes a serem definidas sobre juros pelo FED (Federal Reserve), nos EUA, e Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central), no Brasil. Enquanto isso, Fernando Haddad, ministro da Fazenda, afirmou na segunda-feira (20) que irá se reunir nos próximos dias com a cúpula do Legislativo e com economistas não ligados ao mercado para apresentar a proposta do novo arcabouço fiscal.

Para Daniel Biolo, especialista em investimentos e sócio da GT Capital, mesmo o avanço do arcabouço fiscal não deve representar uma mudança para as próximas decisões do Copom. "A maioria das medidas sugere pouca efetividade no controle dos gastos públicos. É possível que este pacote ajude a conter parte do déficit público, sendo assim combatendo pouco a questão fiscal e sem redução da inflação (hoje

bem acima da meta), o que abre pouco espaço para o BC baixar os juros apenas em função do arcabouço fiscal", afirma Biolo.

O especialista também acredita que o Banco Central deve se manter cauteloso em manifestar qualquer previsão na redução da taxa de juros, muito em função do cenário inflacionário doméstico, juros globais e também pela incerteza no mercado de crédito brasileiro: "Levando em consideração os fundamentos, não vemos espaço para taxa cair ainda este ano".

Já Lucas Caumont, estrategista de investimentos da Matriz Capital, acredita que é possível que o Banco Central deixe claro no comunicado alguma sinalização sobre a queda na taxa de juros caso o arcabouço fiscal se mostre fiscalmente responsável: "Caso contrário, não tem como esperarmos que a taxa SELIC caia no curto prazo".

Para Caumont, dependendo das medidas do arcabouço fiscal, o mercado pode

se estressar, e por consequência, a curva de juros voltar a abrir. "Lula não poupa esforços para atacar o teto de gastos, e culpa o teto pela falta de investimento público no país. Então, se forem apresentadas medidas possibilitando gastos excessivos, e de certa forma uma irresponsabilidade fiscal, ainda poderemos ver a taxa de juros se mantendo por mais tempo no mesmo patamar. Agora, se forem apresentadas medidas de controles de gastos e preocupação com a política fiscal, o risco de descontrole da inflação diminui muito possibilitando uma queda na taxa Selic de forma saudável", comenta.

A pressão do governo para uma diminuição de juros é grande, segundo Apolo Duarte, planejador financeiro e sócio da AVG Capital. Mas, de acordo com ele, não haverá uma queda de juros nessa próxima reunião. "Por outro lado, podemos ter uma sinalização de início de queda para as próximas reu-

niões. O mercado não espera por queda de juros agora em março, mas existe expectativa em relação ao comunicado sobre uma possível queda de juros mais para frente. É possível que possamos ver essa queda no terceiro trimestre, por volta de setembro. O comunicado pode deixar alguma pista para o investidor sobre se vai ter algum sinal de queda de juros para frente. Essa chacoalhada que tivemos nesses últimos dias com quebra de bancos pode também influenciar no tom do comunicado", diz Duarte.

Carlos Hotz, sócio-fundador da A7 Capital, não acredita em uma queda de juros pelo Copom nesta próxima reunião, mas diz que, em comunicado, o comitê poderá já indicar alguma diminuição mais à frente na taxa: "As decisões tomadas pelo FED impactam nos bancos centrais de todo o mundo. Então, se a gente tem o FED sinalizando um aumento de juros menor do que o mer-

cado esperava, temos outros bancos centrais trabalhando com um spread, um diferencial de taxa de forma mais atrativa. Isso também pode significar uma proximidade de boa intenção entre economia e Campos Neto. Com isso, a gente pode ter Copom não reduzindo juros, mas já trazendo a pauta de eventual redução para próximas reuniões. Com isso, a taxa de juros negociada no mercado vai trabalhar sempre com um nível menor".

Diante disso, os ativos prefixados são uma opção de investimento vantajosa nesse contexto, segundo Hotz. "Travar a taxa em um momento em que a Selic está muito elevada e vendo já um movimento de inversão de ciclo pode ajudar o investidor a ter a rentabilidade de taxas altas por um período maior, mesmo que aconteça uma redução de juros nos próximos meses", comenta.

Bruno Piacentini, economista e professor da Eu me

banco, acredita que os títulos pós-fixados são boas opções para o investidor, que muitas vezes, só olha para esse título como reserva de emergência por conta de sua liquidez e baixo risco de mercado: "Os títulos atrelados a taxa CDI não possuem o mesmo risco de marcação a mercado que os títulos prefixados e, com os juros altos, são uma ótima opção de rentabilidade".

Por outro lado, Ricardo Brasil, fundador da Gava Investimentos e pós-graduado em análise financeira, é um bom momento para começar a comprar ativos prefixados aos poucos. "Minha sugestão é ir devagar e comprar aos poucos. Se esperar Selic cair, pode perder taxas altas, pois o mercado já terá precificado a queda de juros. Outra saída é comprar LCIs e LCAs que pagam de 95 a 100% por um ano. São ótimos porque não têm desconto de imposto de renda. Agora, abaixo de 95%, é furada", comenta.

## ALIENAÇÃO DE ATIVOS

# Americanas confirma aumento de capital de R\$ 10 bilhões

O plano prevê potencial alienação e oneração de bens do ativo permanente, inclusive sob a forma de UPIs, incluindo o Hortifruti Natural da Terra

**A**Americanas informou no final da noite de segunda-feira, 20, que seu Conselho de Administração aprovou os termos e condições do plano de recuperação judicial, bem como sua apresentação nos autos do processo de recuperação judicial do Grupo Americanas, em curso perante a 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. O plano arquivado prevê um aumento de capital no valor de R\$ 10 bilhões.

Em fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a empresa lembra que o plano de recuperação judicial, que ainda segue em discussão e está sujeito a revisões e ajustes, reflete discussões mantidas, até a presente data, entre a companhia, seus acionistas de referência, os seus principais credores e outros stakeholders, e estabelece os termos e condições propostos para as principais medidas que poderão ser adotadas com vistas à superação da atual situação econômico-financeira do Grupo Americanas e à continuidade de suas atividades.

A empresa afirma que os acionistas de referência já anunciaram sua intenção de apoiar o aumento de capital, como parte do plano de recuperação judicial, oferecendo uma garantia firme de subscrição e integralização para a totalidade dos recursos, ainda pendente de formalização.

O plano arquivado prevê potencial alienação e oneração de bens do ativo permanente, inclusive sob a forma de UPIs, incluindo, mas sem limitar-se a: unidade de negócios Hortifruti Natural da Terra, participação da Companhia no Grupo Uni.Co e aeronave da companhia. A empresa utilizará até R\$ 2 bilhões dos recursos provenientes das alienações de ativos, para maximizar a redução de sua dívida remanescente, sendo o primeiro R\$ 1 bilhão levantado destinado à recom-



Americanas: o plano arquivado prevê reestruturação e equalização de seu passivo, mediante alteração no volume

pra de dívida a mercado e o saldo dos recursos levantados, limitados a R\$ 1 bilhão, para recompra de dívida subordinada. Com isso a companhia pretende reduzir seu endividamento a mercado, pós reestruturação, para R\$ 4,9 bilhões.

Além do aumento de capital, o plano arquivado prevê reestruturação e equalização de seu passivo, mediante alteração no volume, prazo, encargos e forma de pagamento de créditos concursais. No caso de Credores Trabalhistas e ME e EPP, os créditos remanescentes serão quitados de acordo com os termos e condições originais de pagamento em até 30 dias contados da data de homologação do Plano de Recuperação Judicial.

No segmento de credores quirografários, os credores fornecedores com créditos até R\$ 12 mil terão seus cré-

ditos pagos integralmente em até 30 dias contados da data da homologação do plano. Já credores fornecedores com créditos superiores a R\$ 12 mil e que aceitem receber R\$ 12 mil em troca da quitação total de seus créditos, receberão este valor em até 30 dias da data da homologação do Plano. E credores fornecedores com créditos superiores a R\$ 12 mil e que não optarem por aderir à opção acima, serão pagos em 48 parcelas mensais iguais, após aplicação de deságio de 50% ao valor total dos créditos quirografários, vencendo-se a primeira parcela no último dia útil do mês subsequente à homologação do plano.

Caso o credor seja fornecedor de produtos de revenda e se habilite tempestivamente aos termos de Credor Fornecedor Colaborador previstos

no plano, poderá receber até a totalidade dos seus créditos à vista, em até 360 dias da homologação do plano ou 15 dias após o Aumento de Capital - Novos Recursos, o que ocorrer primeiro.

Com relação aos créditos dos demais credores quirografários, incluindo os financeiros, o plano de recuperação judicial prevê que os credores que estejam adimplentes com seu compromisso de não litigar previsto no plano de recuperação judicial podem participar do Leilão Reverso a ser promovido pela Companhia e optar, a seu exclusivo critério, pela Opção de Reestruturação Dívida a Mercado ou pela Opção de Reestruturação Dívida Subordinada.

A empresa informa que será promovido, em até 60 dias contados da conclusão do Aumento de Capital -

Novos Recursos, uma rodada de pagamento antecipado de até R\$ 2,5 bilhões àqueles credores quirografários que optarem por receber a quitação integral da totalidade ou de parte de seus créditos com um desconto não inferior a 70% do respectivo montante do crédito ofertado pelo credor, de acordo com as condições previstas no plano de recuperação judicial.

Na opção de Reestruturação Dívida a Mercado, os credores poderão optar pelo pagamento do saldo remanescente dos seus respectivos créditos, após eventual pagamento de parte dos créditos no contexto do Leilão Reverso, observando algumas condições.

- Aumento de Capital - Capitalização de Créditos: mediante a capitalização de tal saldo em aumento de capital

no valor de até R\$ 10 bilhões, a ser realizado em até 90 dias após o Aumento de Capital - Novos Recursos, sendo assegurado aos acionistas direito de preferência para a subscrição do Aumento de Capital - Capitalização de Créditos;

- Recompra de Créditos Quirografários: em até 60 dias contados da conclusão do Aumento de Capital - Capitalização de Créditos, a Americanas utilizará o montante total de até R\$ 2,5 bilhões provenientes do Aumento de Capital - Novos Recursos, para realizar o pagamento, de forma pro rata, de parte do saldo remanescente de créditos de titularidade dos credores quirografários que escolherem a Opção de Reestruturação Dívida a Mercado, com um desconto de 60% sobre o valor de face dos respectivos créditos, nos termos do Plano de Recuperação Judicial;

- Debêntures Simples: em até 180 dias da conclusão do Aumento de Capital - Capitalização de Créditos, a Americanas emitirá Debêntures Simples (e/ou um instrumento de dívida aplicável para créditos quirografários em Dólar) no valor total de até R\$ 5,9 bilhões para pagamento, de forma pro rata, de parte do saldo remanescente de créditos de titularidade dos credores quirografários que escolherem a opção de pagamento estabelecida no item acima, nos termos do Plano de Recuperação Judicial.

Na Opção de Reestruturação Dívida Subordinada, a Americanas ainda emitirá Debêntures Conversíveis (e/ou um instrumento de dívida aplicável para créditos quirografários em Dólar) para pagamento dos saldos remanescentes dos créditos de Credores Não Litigantes que escolham a Opção de Reestruturação Dívida Subordinada e/ou que não receberam o pagamento da totalidade dos seus créditos nos termos descritos nos itens acima relacionados à Opção de Reestruturação Dívida a Mercado, nos termos do plano de recuperação judicial.

Os credores que não estejam adimplentes com seu compromisso de não litigar, previsto no plano de recuperação judicial ou aqueles que não optarem por nenhuma das alternativas anteriores, terão seus créditos reestruturados.

Na Modalidade de Pagamento Geral, os saldos remanescentes serão reduzidos no percentual de 80% e pagos em apenas uma parcela, no mês de março de 2023, nos termos do plano de recuperação judicial.

## DIREITO EMPRESARIAL

por  
Cesar Fueta



Pós-graduado em direito empresarial e direito digital, mestrando em análise econômica do direito, advogado de empresa pública e sócio do escritório Valadares e Fueta Advogados

## A LEI 14.451/2022 E A DESBUROCRATIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS

**A LEI Nº 14.451/2022** promoveu alteração do Código Civil na parte que trata dos quóruns de deliberação das sociedades limitadas. Tal mudança legislativa foi muito celebrada, na medida em que foi promovida sob o argumento de simplificação na tomada de decisões, inclusive nos empreendimentos de menor porte. No entanto, esta opção foi ineficiente para as sociedades enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

**OS INCISOS I, II E III**, do artigo 1076, do Código Civil previam quóruns variados para as deliberações dos sócios. Existiam 3 quóruns diferentes: três quartos do capital social, mais da metade do capital social (maioria absoluta) e maioria de votos dos presentes (maioria simples).

Com a Lei nº 14.451/2022, os quóruns previstos nos incisos do artigo 1076, do Código Civil foram simplificados. Este dispositivo passou a prever dois quóruns: a maioria absoluta e a maioria simples. Na prática, os seguintes temas sofreram mudança no quórum de aprovação: modificação do contrato social, incorporação, fusão e dissolução da sociedade, ou cessação do estado de liquidação. Para tais assuntos, a lei passou a exigir a aprovação por maioria absoluta

e não mais três quartos.

**O PROJETO DE LEI 4.498/2016**, que deu origem à Lei 14.451/2022, destacou que a mudança no Código Civil pretendia sanar um erro normativo que atrapalha o empreendedor brasileiro. Os patamares da tomada de decisão nas sociedades limitadas estariam elevados de forma injustificada.

Nesse mesmo sentido, o parecer da CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania atestou que "as disposições que se pretende alterar são aplicáveis às sociedades limitadas, as quais mais se aproximam aos empreendimentos de micro, pequeno e médio porte, não se justificando, por isso, a instituição de medidas tendentes a tornar suas decisões mais complexas".

**PORTANTO, O PROJETO** de lei buscou desburocratizar a sociedade limitada. Afinal, trata-se de tipo societário utilizado em empreendimentos de micro, pequeno e médio porte. Não seria razoável instituir medidas que tornem suas decisões mais complexas.

A realidade brasileira quanto aos empreendimentos de menor porte pode ser constatada por relatório disponibilizado pelo Governo Federal

na internet. Em consulta aos Painéis do Mapa das Empresas (<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/painel-mapa-de-empresas>), verifica-se que a sociedade limitada é utilizada principalmente para os pequenos empreendimentos.

**SEGUNDO RELATÓRIO EXTRAÍDO** desse portal em março de 2023, há 6.066.646 sociedades limitadas no Brasil. Deste total, 5.101.622 são empresas de pequeno porte ou microempresas, conforme enquadramento da Lei Complementar 123/2006. Tais dados deixam claro que o empreendedor brasileiro, no que se refere à sociedade limitada, é representado por 84% de sociedades enquadradas como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, desde 2006 há previsão legal do quórum de maioria absoluta para aprovação das deliberações sociais. Este quórum já era previsto na Lei Complementar 123/2006.

**ASSIM, HÁ QUASE 16 ANOS** já existe dispositivo de lei estabelecendo o quórum de maioria absoluta como regra para aprovar deliberações nas sociedades limitadas

enquadradas como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Além disso, as referidas sociedades estão desobrigadas da realização de reuniões e assembleias.

Um exemplo ajuda a entender na prática esta previsão legal: vamos considerar o caso de uma sociedade limitada constituída em 2010 e enquadrada como Microempresa, sem previsão expressa no contrato social acerca de quóruns de deliberação. Esta sociedade já poderia alterar seu contrato social pela maioria absoluta, mesmo antes da alteração da Lei de 2022. Ou seja, neste exemplo específico, o quórum para alteração do contrato social jamais foi o de 75%, mas sim o de maioria absoluta. Este quórum já era menor mesmo antes da Lei nº 14.451/2022.

**CONCLUI-SE DIANTE** desta simples análise sistêmica, que a desburocratização pretendida para os empreendimentos de menor porte pela lei de 2022 na verdade já existia desde 2006, por meio da Lei Complementar 123/2006. Este diploma legal já estabelecia maior simplicidade na tomada de decisões nas sociedades limitadas enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

CONTÁGIO

# Yellen diz que intervenção pode ser feita em instituições menores

A secretária afirmou que ações semelhantes podem ser justificadas se instituições menores sofrerem corridas de depósitos que representem o risco de contágio

A secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, indicou que uma intervenção aos moldes da que ocorreu com os Silicon Valley Bank (SVB) e Signature Bank pode ser feita em bancos menores, caso as instituições sofram com corridas que também representem risco de contágio. “As medidas que tomamos não foram focadas em ajudar bancos específicos ou classes de bancos. Nossa intervenção foi necessária para proteger o amplo sistema bancário dos Estados Unidos”, afirmou Yellen em discurso na American Bankers Association, na terça-feira, 21.

E acrescentou: “Ações semelhantes podem ser justificadas se instituições menores sofrerem corridas de depósitos que representem o risco de contágio.”

Janet Yellen aconselhou os bancos de menor porte a “manterem o foco em atender às necessidades das comunidades” nas quais atuam.

A secretária disse ainda que as instituições bancárias pequenas e médias desempenham um papel vital na economia, fornecendo crédito e apoio financeiro a famílias e pequenas empresas.

“Esses bancos fornecem serviços que os bancos maiores não podem replicar, porque conhecem as características especiais do mercado e das pessoas que atuam nessas comunidades”, falou Janet Yellen.

A secretária do Tesouro dos Estados Unidos busca acalmar o quadro, após algumas quebras de bancos regionais, ao afirmar que o sistema bancário dos Estados Unidos é “sólido”. Ela comentou também que acordos de ajuda adicional “podem ser necessários”, se houver novos problemas em



Yellen: “acordos de ajuda adicional podem ser necessários, se houver novos problemas em instituições menores que possam representar risco à estabilidade”

instituições menores que possam representar risco à estabilidade financeira.

Em trechos de declarações preparadas para um discurso na American Bankers Association, Yellen diz que no geral “a situação está estabilizando”. “E o sistema bancário dos EUA continua sólido”, ressalta.

As tensões no setor bancário estão afetando o mercado de títulos lastreados em hipotecas (MBS, na sigla em inglês) de agências, de aproximadamente US\$ 8 trilhões, considerado quase tão seguro quanto os títulos do governo dos EUA.

Os chamados títulos hipotecários de agências são

amplamente mantidos por bancos, seguradoras e fundos de títulos porque são lastreados em empréstimos hipotecários dos credores estatais Fannie Mae e Freddie Mac. Esses títulos têm muito menos probabilidade de inadimplência do que a maioria das dívidas e são fáceis de comprar e vender rapidamente - uma razão crucial pela qual eles eram o maior investimento do Silicon Valley Bank (SVB) antes de seu naufrágio.

Mas os MBS de agências, como todos os títulos de longo prazo, são vulneráveis ao aumento das taxas de juros, que derrubou seus preços no ano

passado e sobrecarregou bancos como o SVB com perdas não realizadas. Agora que a Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC) assumiu o controle do SVB, os investidores esperam que os títulos sejam vendidos nos próximos meses, acrescentando oferta ao mercado enfraquecido e empurrando os preços para baixo.

Na semana passada, o prêmio de risco do índice Bloomberg de MBS de agências atingiu máxima desde outubro, quando a alta das taxas de juros deixou os mercados globais de pernas para o ar. A medida reflete temores de que outros bancos regionais possam ter de ven-

der suas participações, disse-ram gerentes de fundos de títulos ouvidos.

As vendas de moradias usadas nos Estados Unidos tiveram crescimento de 14,5% em fevereiro, na comparação com janeiro, ao nível anualizado de 4,58 milhões. Analistas ouvidos pelo Wall Street Journal previam alta menor, de 5,0%, ao nível de 4,20 milhões.

A NAR destaca que o forte ganho mensal encerra uma sequência de 12 meses seguidos de declínios nesse dado. Na comparação anual, porém, as vendas de moradias usadas ainda registraram queda de 22,6% em fevereiro.

DJANKOI

## Ucrânia afirma ter destruído carregamento de mísseis

Mísseis de cruzeiro russos foram destruídos pelo Ministério da Defesa da Ucrânia na cidade de Djankoi, grande centro rodoviário e ferroviário russo, localizado no norte da península da Crimeia, na noite de segunda-feira, 20. O armamento, usado em navios de guerra, tinha como destino à frota do Mar Negro. Pessoas que transitavam próximo ao local registraram a explosão; um homem de 33 anos ficou ferido.

Em comunicado oficial, a Inteligência do Ministério da Defesa da Ucrânia disse que os mísseis de cruzeiro eram do tipo Kalibr-NK, com alcance operacional superior a mais de 2.500 quilômetros contra alvos terrestres e 375 quilômetros contra alvos marítimos.

“Uma explosão na cidade de Djankoi, no norte da Crimeia temporariamente ocupada, destruiu mísseis de cruzeiro Kalibr-NK enquanto eram transportados por trem”, disse a Inteligência militar ucraniana no comunicado.

No Twitter, Anton Gerashchenko, assessor do ministro do Interior da Ucrânia, Denis Monastirski, publicou um vídeo do momento da explosão.

Em seu perfil no Telegram, Oleg Kriutchkov, assessor de Ihor Ivin, chefe do governo de Djankoi empossado pela Rússia, disse que todos os drones miraram em locais civis. “Um foi atingido sobre a escola técnica da cidade e caiu entre a área escolar e uma residência estudiantil. Não há instalações militares nas proximidades”, escreveu. Em sua postagem, Kriutchkov aponta que o ataque foi aparentemente uma “vingança” pela anexação de Djankoi pela Rússia desde 2014, alguns dias depois que Moscou comemorou o nono aniversário da aquisição da região.

Kryuchkov também compartilhou fotos de destroços da aeronave abatida em seu perfil no Telegram e mostrou que os drones traziam adesivos do nome da internet ‘trollface’. Ele classificou como “um particular cinismo” decorar drones que visam atacar alvos civis com memes da internet.

Na semana passada, no dia 16, o primeiro-ministro da Crimeia, Sergei Aksenov, falou em entrevista ao vivo para a TV Crimeia-24 que a Ucrânia não tinha chance de tomar a península. “Após a fortificação e formação de defesa, nada ameaça a Crimeia, os crimeanos podem dormir em paz”, prometeu Sergei. É possível que essa fala tenha sido uma referência que motivou o uso do adesivo que faz alusão ao meme ‘trollface’ nos drones.

O canal de TV Crimeia-24 disse que depois do ataque, foi instaurado um “estado de emergência ao nível municipal”. Em entrevista ao canal, Ivin afirmou que todos os objetos danificados estão sob controle. “Grupos de trabalho foram criados, estão identificando os danos e, de acordo com o marco regulatório, indenizando os prejudicados às custas do fundo de reserva”, falou Ivin.

O canal ainda detalhou que parte dos drones ucranianos atingiu a escola técnica de Djankoi. Em entrevista à Crimeia-24, o vice-presidente do Conselho de Ministros da República do Cazaquistão, Igor Mikhaïlichenko, detalhou que a maioria dos vidros da instituição de ensino e do dormitório estavam quebrados e todos os estudantes foram evacuados.

Mesmo com o ataque, a ferrovia não foi danificada e os trens estão funcionando normalmente.

O presidente da China, Xi Jinping, chegou em Moscou na segunda-feira, 20, para uma visita de três dias à Rússia, a primeira desde que o presidente russo, Vladimir Putin, invadiu a Ucrânia.

PERMISSIVIDADE

# Violência é uma das expressões do racismo em diversas partes do mundo

A polícia abriu fogo e matou 69 pessoas em Sharpeville, na África do Sul. Foi no dia 21 de abril de 1960, em uma passeata contra as leis que limitavam os direitos de ir e vir das pessoas negras durante o regime segregacionista do apartheid.

Quase dez anos mais tarde, a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu a data como Dia Internacional da Eliminação da Discriminação Racial. Mas, em 2023, as mortes causadas pela polícia ainda são uma das formas mais violentas do racismo em diversas partes do mundo.

No estado de São Paulo, as polícias mataram mais de uma pessoa por dia ao longo de 2022, totalizando 414 casos, segundo balanço da Secretaria de Segurança Pública. Dessas, 62,5% foram identificadas como pessoas negras. Em janeiro deste ano, foram 37 mortes classificadas como “intervenção policial”.

“Historicamente, há uma consolidação de uma certa permissividade do abuso das polícias pelo Poder Público”, explica o pesquisador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Denis Pacheco. Para ele, um dos

elementos que não desautoriza a violência das polícias, que se reflete no alto número de mortes, é a falta de condenações, mesmo em casos com fortes evidências de ilegalidade.

“É comum que os promotores arquivem denúncia de abuso por uso da força das polícias em casos em que policiais matam pessoas. Independente do depoimento das testemunhas, do que se tem de provas construídas ao longo do inquérito, sejam as provas de balística, da cena do crime”, acrescenta.

Uma violência que, segundo o pesquisador, a partir do racismo que contamina toda a sociedade brasileira, acaba sendo direcionada às populações negras. “Está nessa forma de entender o negro como um possível ladrão, como um possível perpetrador de uma violência, que é algo que está muito mais disseminado na sociedade do que uma perspectiva que seja da polícia”, destaca.

Para a assessora de articulação política da Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas, Juliana Borges, existe um fenômeno mundial de crimi-

nalização de populações. “Um avanço dessa ideia que o combate ao crime vai garantir bem-estar social. Quando é o contrário, bem-estar social vai ser garantido com mais direitos”, diz.

Por isso que a morte, em maio de 2020, de um homem negro sufocado por policiais nos Estados Unidos encontrou, segundo Juliana, ecos em diversas partes do mundo. “A questão do George Floyd não impactou somente a gente aqui no Brasil. Se a gente for pensar naquele mesmo período, a gente teve manifestações contra a violência policial racial na França também”, exemplifica.

O caso desencadeou a criação do movimento Black Lives Matter - Vidas Negras Importam, com diversos protestos nos Estados Unidos, que acabaram chegando também em outros países que enfrentam problemática semelhante.

Na França, as manifestações relembraram o caso Adama Traoré, um jovem negro que morreu após ter sido preso em 2016. À época, o caso também provocou indignação e diversos protestos.

“Naquele mesmo período da morte de Floyd, a gente também teve manifestações em alguns países africanos questionando a violência policial”, acrescenta Juliana, ao lembrar dos atos na Nigéria que tinham como alvo a brutalidade do Sars (esquadrão especial antirroubo). Segundo a organização não governamental (ONG) Anistia Internacional, em 20 de outubro de 2020, a polícia e o exército nigerianos mataram 12 pessoas que participavam dos protestos.

No Peru, a Anistia Internacional também acusa o Exército e Polícia Nacional de, em dezembro de 2022, usar força desproporcional para reprimir protestos em áreas com população predominantemente indígena. De acordo com a ONG, ao menos 11 pessoas foram mortas durante a repressão aos atos.

O elo em comum em relação às populações que sofrem com a violência policial é, segundo Juliana, pertencer a grupos discriminados e criminalizados por raça, origem ou etnia.

“Mesmo o racismo sendo modulado nessas sociedades, incidindo de forma diferente,

operando de maneira diversa, o que a gente tem é que indivíduos negros ou que são racializados - nos Estados Unidos a gente pode avançar para a discussão da comunidade árabe e dos imigrantes latinos - são essas as populações consideradas perigosas e que precisam ser combatidas”, detalha.

O enfrentamento do problema da violência policial deve ser feito, na visão da especialista, mudando a forma de atuação dessas corporações, trazendo o foco para prevenção e garantia de direitos.

“O mais importante é discutir o combate ao racismo institucional, como a gente faz para construir mecanismos de controle social, controle do uso da força, e formação desses polícias que garantam maior segurança para a população e também desses policiais enquanto estão exercendo essa atividade”, diz.

Essas mudanças são possíveis, na avaliação de Dennis Pacheco, a partir da pressão de grupos da sociedade civil, especialmente os impactados por essa violência. “Pressão principalmente dos movimentos sociais.

## REVELAÇÃO

# Lula critica Lava Jato e diz que operação quebrou empresas

## O presidente revelou pela primeira vez que, quando estava preso em Curitiba, tinha uma ideia fixa e a declarava quando recebia visitas: "queria acabar com Moro"

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou na terça-feira, 21, que é preciso fazer com que novas empresas de engenharia cresçam e se desenvolvam no País. Ele voltou a criticar a Lava Jato e disse que a operação poderia ter prendido um empresário que roubou, mas mantendo o funcionamento da empresa. "O que não pode é quebrar empresa como quebrou", disse.

"Muitos confessaram que fizeram bobagem e se fizeram bobagem tem que pagar o preço de fazer bobagem. O que não dá é para um País do tamanho do Brasil, com as empresas de engenharia que tinha, ter de trazer empresas chinesas, espanholas ... para fazer uma obra qualquer", disse, ao comentar sobre as consequências da Operação Lava Jato.

O presidente revelou pela primeira vez que, quando estava preso em Curitiba, tinha uma ideia fixa e a declarava quando recebia visitas formais de procuradores e delegados na cadeia. Segundo o petista, em todas as visitas as autoridades lhe perguntavam se estava bem. Lula diz que dava sempre a mesma resposta: "Só vai ficar bem quando eu f\*\*\*\* com o Moro".

O presidente foi condenado e preso por sentença assinada pelo então juiz Sergio Moro (União Brasil), hoje senador pelo Paraná. O petista foi acusado de se beneficiar de desvios de recursos na Petrobras a partir de investigações na operação Lava Jato. A condenação acabou anulada por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou a 13ª Vara Federal de Curitiba incompetente e Moro parcial ao julgar Lula.

A revelação de Lula sobre os dias da prisão foram feitas durante entrevista ao site 247. O presidente disse acreditar que a Lava Jato foi orquestrada pelo Ministério Público junto com autoridades do governo dos Estados Unidos para atacar as empreiteiras brasileiras.

Lula disse ainda ter a palavra do Exército, Marinha e Aeronáutica de que haverá um esforço de despolíticação das Forças Armadas no País. Ao afirmar que não ficará de "biquinho" com elas, ele declarou que só quer que as Forças cumpram aquilo que está na Constituição.

"Tenho hoje a palavra das 3 Forças de que vai ter um esforço muito grande para despoliticizar as Forças Armadas. Inclusive, vamos discutir com o Congresso Nacional, temos interesse em mandar um Projeto de Lei dizendo que quem quiser ser candidato a alguma coisa, vá para a reserva. O que não pode fazer é ficar utilizando as Forças Armadas para fazer política", disse.

Lula comentou que os militares têm um compromisso com a Constituição de garantir a soberania nacional e integridade do território. "Elas têm que atender ao presidente da República, independentemente de que partido pertence o presidente", pontuou. "Tem que obedecer dentro das regras que estão estabelecidas na Constituição."

O presidente disse querer almoçar nas Forças, em referência ao almoço que teve na semana passada na Marinha. "Vou tratar eles com respeito que eu acho que eles merecem e quero que eles tratem a democracia do jeito que merece", disse. O chefe do Executivo afirmou que nunca acreditou no risco de golpe no País.

Na avaliação de Lula, o ex-



Lula: "a Lava Jato foi orquestrada pelo Ministério Público junto com autoridades do governo dos Estados Unidos para atacar as empreiteiras brasileiras"

## CLIMA DE INSATISFAÇÃO

## Presidente afirma que redução do juro do consignado é positiva

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, classificou como "boa" a iniciativa do Conselho de Previdência Social (CPS) de baixar a taxa de juro cobrada pelos bancos na concessão crédito consignado às pessoas cadastradas no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Lula, no entanto, criticou a postura do ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, de implementar a medida sem que antes fosse negociada com os bancos privados e tivesse seu anúncio acertado com a Casa Civil.

"Uma coisa que poderia ser boa, 100% favorável, criou um clima de insatisfação nos bancos que precisavam ter se preparado. Não pode baixar com a facilidade que eles querem que baixe. De qualquer forma, a tese é boa e agora nós vamos ver como a gente consegue fazer para que os juros baixem de verdade", afirmou Lula.

Em menos de uma semana, o governo precisou se mobilizar para frear a reação dos bancos públicos e privados à medida adotada por Lupi.

As instituições suspenderam os empréstimos para aposentados e pensionistas devido ao teto mais baixo imposto pelo governo. A taxa, que antes era 2,14%, caiu para 1,70% por decisão do CPS, que é presidido por Lupi.

Lula afirmou em entrevista ao site

Brasil 247 que, diferente do que foi feito por Lupi, era preciso que o governo conduzisse um "acerto" entre a as pastas da Previdência, da Fazenda, do Planejamento e os bancos públicos e privados.

O presidente chegou a criticar a taxa de juro cobrada pelos bancos, mas centrou as críticas no papel de Lupi ao criar mais uma crise interna no governo.

"Você não precisa cobrar um juro tão alto. Mas, ao invés de anunciar, - porque eu acho que era uma coisa correta você tentar baixar a taxa de juro não apenas no Banco do Brasil -, (era preciso) discutir inclusive com o sistema financeiro que empresta crédito consignado", afirmou Lula.

Na segunda-feira, 20, o ministro Rui Costa (Casa Civil), Lupi e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galipolo, discutiram uma fórmula para solucionar a questão e evitar que a operação continue suspensa pela maior parte dos bancos, incluindo públicos, como BB e Caixa, e privados, como Itaú Unibanco.

Participaram do encontro também as presidentes da Caixa, Rita Serrano, e do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros.

Na reunião, os ministros concordaram quanto à necessidade de o governo adotar um "meio-termo", que oscilaria entre 1,8% e 2% de juro, mas não houve

acordo sobre o patamar e tampouco quando a medida entraria em vigor.

A falta de acordo levará os titulares das pastas a se reunir novamente na próxima sexta-feira, 24, e desta vez contará com a presença de representantes do sistema financeiro, dos bancos e do governo. Esta reunião também se dará depois da decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), que decide sobre os rumos da taxa básica de juros na quarta-feira, 22.

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) coordenará um grupo de trabalho com técnicos de bancos públicos e privados para chegar a uma solução e debelar o impasse com Lupi.

Rui Costa afirmou que o governo trabalha para que a taxa de juro do empréstimo consignado para aposentados fique abaixo de 2%. De acordo com Costa, está sendo feito um trabalho conjunto com os ministérios da Fazenda, do Trabalho e da Previdência, que vão "buscar, ouvindo o mercado, ouvindo o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, um número que seja inferior a 2,14%, que é o que os bancos estavam praticando".

Ele também pontuou que a taxa será superior a 1,7%. Segundo Costa, a decisão final sobre o tema deve ser tomada até a próxima terça-feira.

-presidente Jair Bolsonaro queria que os atos antidemocráticos que ocorreram no dia 8 de janeiro em Brasília tivessem acontecido no dia 1º de janeiro, dia da posse presidencial. "Acontece que dia 1º tinha muita gente e eles resolveram recuar e fizeram aquilo dia 8", comenta. De acordo com Lula, as pessoas que participaram da movimentação de 8 de janeiro serão punidas.

Questionado se Bolsonaro deveria ser preso, o petista disse que não é o presidente da República que decide isso. "Quero que Bolsonaro tenha a presunção de inocência, que eu não tive", pontuou. "Se ele for julgado culpado, que ele pague o preço da sua culpabilidade", emendou.

O presidente afirmou também que pretende discutir uma mudança na Constituição para determinar um período de mandato para ministros

do Supremo Tribunal Federal (STF). Hoje, para ser indicado pelo presidente, um ministro do STF precisa ter mais de 35 e menos de 70 anos de idade, notável saber jurídico e reputação ilibada. A aposentadoria compulsória é aos 75 anos.

Lula lembrou proposta feita pelo então candidato à presidência, Fernando Haddad, em 2018, sobre a possibilidade de limitar o mandato de ministros do STF ao período de 15 anos. "Em 2018, no programa de governo do Haddad, estava a discussão de um mandato para o ministro da Suprema Corte. Eu não sei se na época era um mandato de 15 anos em que você poderia entrar e ficar 15 anos ou você poderia entrar a partir de uma idade e terminar aos 75 anos. Eu acho que é um assunto que vamos discutir proximamente", disse Lula.

Este ano, Lula tem direito a duas indicações de ministros

para o STF devido às aposentadorias compulsórias de Ricardo Lewandowski e Rosa Weber, que deixarão o Supremo em maio e outubro respectivamente, quando completarão 75 anos.

A declaração de Lula na terça-feira foi feita em meio às especulações sobre a indicação de Cristiano Zanin, seu advogado, que ganhou notoriedade nos processos relacionados à Operação Lava Jato. Lula reforçou elogios e enfatizou que o advogado foi "uma revelação extraordinária no campo jurídico".

"Cristiano Zanin foi a grande revelação jurídica nesses últimos anos. Ele foi muito criticado (...) eu tinha consciência de que o meu processo era jurídico e por isso eu queria o Zanin. Ele nunca tomou uma decisão que não fosse conversar comigo. Ele terminou sendo uma revelação extraordinária", declarou.

Lula tem sido cobrado, especialmente por movimen-

tos sociais, para indicar uma mulher para assumir a cadeira do ministro Ricardo Lewandowski. Movimentos de mulheres e entidades jurídicas apelam para que o presidente opte por uma mulher e diversifique a composição da Corte. Lula afirmou que trata-se de uma discussão "sem lógica" e reforçou que a validação da escolha será feita pelo Senado.

"Essa discussão que está sendo feita não tem sentido (...) Eu não vou indicar o ministro para ser meu amigo (...) quero alguém que seja competente do ponto de vista jurídico e que faça a constituição ser respeitada", comentou.

"Eu não sei quem eu vou indicar, não tenho compromisso oficial com ninguém. No dia que tiver que tomar uma decisão, vou tomar sozinho e mandar o nome para o Senado. Eu vou indicar uma pessoa que eu acho que possa ser útil para o Brasil", citou.

## EXCEÇÕES

## Appy: reforma tornará sistema tributário mais simples

Depois de questionamentos e críticas de alguns setores, o secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a Reforma Tributária, Bernard Appy, disse na terça-feira, 21, que as mudanças nas regras vão tornar o sistema de cobrança e incidência de impostos "extremamente mais simples" do que o existente hoje. "No limite, a gente não quer que tenha escrituração contábil", considerou, lembrando que o uso de registros como este ocorre quando há exceções.

Appy fez a declaração durante almoço realizado pela Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), em Brasília.

Fizeram perguntas sobre as mudanças ao secretário representantes dos setores de shoppings, consórcios, imobiliário, comércio, médico, ensino, contabilidade e de recursos humanos. Um deles chegou a brincar com Appy: "Acho que o senhor já ouviu isso algumas vezes, mas nosso caso é diferente", disse, arrancando risos dos presentes, inclusive do convidado.

Appy reforçou que o setor de serviços vai ser beneficiado com reforma tributária, apesar das críticas constantes de representantes do segmento. "O setor paga pouca (imposto) hoje? Sim, mas não recupera nada e isso vai mudar", disse, acrescentando que o custo líquido de serviços vai ser menor do que é hoje porque haverá o fim da cumulatividade que existe atualmente.

O secretário afirmou que ainda não se debruçou sobre a questão dos consórcios, que os shoppings podem ganhar crédito ao investirem em outras unidades e que haverá manutenção do Simples Ele lembrou também que todos os pontos, mesmo depois de serem apresentados pela Fazenda, serão debatidos pelos parlamentares no Congresso.

Appy comentou ainda que não cabe ao governo decidir o que é importante para as pessoas consumirem, mas que esta escolha cabe a elas próprias. "Por que o perfume não é um produto tão importante quanto a cesta básica para os mais pobres? Não é o governo que tem que dizer isso, mas hoje é assim que é."

O secretário garantiu que todos os Estados vão ganhar arrecadação em duas décadas com a implantação da reforma tributária. De acordo com ele, são "pouquíssimos" os municípios que sairão perdendo, mas que isso ocorre por causa de distorções existentes hoje.

Essas cidades, conforme Appy, são geralmente muito pequenas e têm uma forte arrecadação com ISS porque conta, por exemplo, da instalação de uma refinaria em seu território. "São erros, na verdade. Não faz sentido", disse.

Ele afirmou que o município que mais recebe ISS conta com uma receita de R\$ 14 mil por capita. Ao mesmo tempo, o que menos arrecada é de R\$ 65 por habitante. "Não faz sentido um País com uma distribuição tão diferente dessas", comparou.

Ao final de sua explanação, o secretário reafirmou que a aprovação da reforma é um "jogo de ganha ganha" e que terá impacto muito grande sobre o PIB.

Bernard Appy disse também que a tributação não pode ser um dos pontos de interferência na escolha de quem consome ou quem produz. "Numa decisão sobre alugar ou comprar carro, por exemplo. Num mundo sem imposto, você toma a decisão. O imposto não pode interferir nessa decisão, não pode distorcer o que for melhor do ponto de vista de preços relativos", disse.

Appy repetiu que, quanto mais exceções forem adicionadas à reforma tributária, maior será a dificuldade.

PRESENTE

# Michelle assume PL Mulher e faz ironias sobre escândalo das joias

A ex-primeira-dama não quis comentar sobre o episódio das joias, mas citou uma passagem bíblica, dizendo que “uma mulher virtuosa vale mais que qualquer joia”

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro assumiu na terça-feira, 21, a presidência do PL Mulher. A esposa do ex-presidente da República Jair Bolsonaro não quis comentar o escândalo das joias que o regime da Arábia Saudita enviou a ela e Bolsonaro, mas usou seu discurso para fazer ironias sobre o assunto.

“Hoje a única joia aqui presente são vocês”, disse Michelle Bolsonaro, durante seu discurso de abertura do evento.

Michelle citou ainda uma passagem religiosa, dizendo que “uma mulher virtuosa vale mais que qualquer joia”.

O governo do ex-presidente Jair Bolsonaro trouxe em outubro de 2021 para o País sem declarar à Receita joias presenteadas pelo regime da Arábia Saudita. Uma das caixas foi avaliada em R\$ 16,5 milhões.

A esposa do ex-presidente pediu a todos que cantassem parabéns a Bolsonaro, que faz 68 anos na terça-feira. A ex-primeira-dama agradeceu a Valdemar Costa Neto por sua nomeação. “Darei o melhor de mim para o crescimento do efetivo da participação da mulher na política brasileira.”

Michelle assumiu o posto que era ocupado pela deputada Soraya Santos (PL-RJ).

O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que estava no evento, achou espaço para fazer uma piada no palco, citando o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), que estava presente no evento. “O deputado Nikolas vai definir agora o que é uma mulher”, disse, para a plateia, que riu.

Apesar de o evento ser para o lançamento de Michelle como líder do PL Mulher, a primeira fala na solenidade coube a um homem. Dos Estados Unidos, usando um celular, o ex-presidente Jair Bolsonaro entrou ao vivo na tela montada atrás do palco, para iniciar a solenidade.

Bolsonaro disse que gostaria de estar no Brasil para participar do encontro, mas que não foi possível. Como de costume, chorou, embargou a voz e disse que a criação do PL Mulher é a “esperança num momento tão difícil do Brasil”.

Sem citar se apoia ou não uma eventual candidatura de Michelle Bolsonaro para qualquer cargo eletivo, uma ambição que tem sido alimentada



Michelle Bolsonaro: “darei o melhor de mim para o crescimento do efetivo da participação da mulher na política brasileira”

ASCENSÃO FEMININA

## Ex-primeira-dama lança nova linha de produtos cosméticos

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro vai lançar na quarta-feira, 22, uma linha de cosméticos. O lançamento ocorrerá no mesmo dia do aniversário de Michelle, que completará 41 anos, e em meio a um projeto que visa a ascensão da mulher do ex-presidente Jair Bolsonaro na política. Na terça-feira, 21, ela tomou posse como presidente do PL Mulher, setor do partido dedicado a políticas voltadas ao público feminino.

O lançamento da marca de cosméticos na quarta-feira será em parceria com Agustin Fernandez, maquiador, influencer e amigo da ex-primeira-dama. Coube a ele, inclusive, fazer o anúncio do lançamento em sua conta no Instagram, na qual possui mais de 4,7 milhões de seguidores.

Em janeiro, Michelle já havia usado as suas redes sociais para fazer publicidade sobre cosméticos e um colar com o formato do mapa do Brasil. À época, ela divulgou um link para compra dos produtos. No mês passado, a ex-primeira-dama voltou a fazer propaganda nas redes sociais, desta vez de “um mousse de limpeza facial profunda com escova de silicone”.

Michelle estava nos Estados Unidos com Bolsonaro na semana passada e retornou ao Brasil para preparar o terreno para as eleições municipais de 2024. Entre aliados de Bolsonaro, é majoritária a avaliação de que o ex-presidente corre sérios riscos de ficar ineleitoral até 2026 e Michelle se tornou a aposta mais nítida deste grupo político para capitalizar o

recall eleitoral alcançado no ano passado.

A ideia inicial da sigla comandada pelo ex-deputado Valdemar da Costa Neto era investir pesado no ex-presidente. Hoje, porém, o PL não trata mais deste assunto. O desgaste com o partido surgiu pela falta de interlocução e se acentuou com o persistente noticiário negativo em torno do ex-presidente. O caso das joias que entraram ilegalmente no Brasil é o mais recente e significativo até agora. A leitura do PL é que Bolsonaro ficará impedido de disputar eleições e sofreu danos irreversíveis em sua imagem pessoal, mas Michelle ainda pode ser blindada.

Esta não é a primeira vez que a família Bolsonaro investe em marcas na tentativa de fidelizar e angariar apoiadores.

abertamente pelo presidente do PL, Valdemar Costa Neto, Bolsonaro afirmou que será importante que a força do PL Mulher possa reforçar a força do partido. “Que nada suba à cabeça de nenhum de nós, que o ego fique para trás”, disse Bolsonaro.

Nos bastidores, é sabido da

resistência de Bolsonaro em ver Michelle como candidata. Os filhos de Bolsonaro, como Flávio e Eduardo, têm dito que não conversam sobre o assunto com o pai ou Michelle e que essa possibilidade será uma decisão dela.

“Obviamente que eu gostaria de estar presencialmente neste

evento, ao lado de minha esposa e minha família”, disse Bolsonaro. “Mas a vida faz momentos felizes e tristes e tudo passa a ser ensinamento para nós. Nada é mais importante do que nossa liberdade. Tenho certeza de que juntos poderemos garantir isso para a nossa população.”

Bolsonaro citou o pai, dizendo que “liberdade e água de poço só se dá valor quando se perde”, comentou o ex-presidente. “Apesar da distância, estou muito feliz de poder participar desse momento. Um abraço nos homens e um beijo nas mulheres.”

DESESTRUTURAÇÃO

## Tarcísio reconhece que governo Lula não tem excelência técnica

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), disse, que o governo federal não tem “excelência técnica”, afirmou que o PT não possui maioria política no plano nacional e “está desestruturado”. Para o chefe do Executivo paulista, que é afilhado político do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), a “lua de mel” do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai acabar.

Questionado em entrevista à Rádio Jovem Pan, sobre o que o apresentador chamou de “inexistência de uma excelência técnica no governo do PT”, Tarcísio defendeu que “além de não ter excelência técnica”, Lula não tem maioria política.

“Porque você fez uma grande distribuição de cargos, distribuiu um monte de ministério, tem 37 ministérios criados e você não tem maioria, não aprova uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição). Está confuso, está desestruturado. Eu vejo um cenário de dificuldade para aprovar reformas importantes, para mediar conflitos com o Congresso, e entregar resultados que vão ser importantes”, justificou.

“A gente obviamente vê um cenário de um presidente (Lula) muito mais preso a essa ala radical, que de certa forma não é um presidente que teve lá atrás uma postura de mais pragmatismo. Eu vejo um presidente mais ideológico, mais

impaciente”, disse. “O governo vai ficar cada vez mais ansioso. Essa lua de mel tem dia e hora para acabar”, completou.

Apesar das críticas, Tarcísio argumentou que quer manter uma boa relação com o governo federal, de modo a conquistar cooperação nas áreas da habitação, saúde e segurança pública.

No caso da defesa pela privatização do Porto de Santos, em que diverge da posição do Planalto, o governador disse que Lula se mostrou disponível a ouvir os argumentos pela desestatização da autoridade portuária.

Sobre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, Tarcísio disse que seu ex-

-adversário ao governo de São Paulo “está tentando fazer o correto” na pasta. “Há de se ver com o tempo até que ponto ele vai ter autonomia e caneta para fazer o que é correto. Está tentando acertar. Eu faço votos para que acerte mesmo”, afirmou.

Ainda defendeu que os ministros do Supremo Tribunal Federal são sensíveis a ouvir argumentos em votação cara ao cenário de investimentos no País. “Tenho relação muito boa com Lula se mostrou disponível a ouvir os argumentos pela desestatização da autoridade portuária.”

Tarcísio voltou a elogiar Jair Bolsonaro e apostou que o ex-

-presidente deve retornar ao Brasil. “A paixão que as pessoas nutrem por ele é gigantesca. Isso não morreu. Se engana quem pensa que isso morreu. A grande liderança de direita no Brasil é Jair Bolsonaro. Em breve deve voltar dos Estados Unidos com capital político gigantesco”, defendeu.

O governador de São Paulo voltou a defender a privatização do Porto de Santos e disse que o porto se tornou o “maior ponto de exportação de drogas do planeta”.

“Quando eu falo de Santos, eu não estou preocupado com a panaceia da privatização. Eu estou preocupado com 60 mil empregos, gerar perspectiva para uma região que está empobrecendo e, pior, está sendo tomada pelo crime organizado”, disse.

“O Porto de Santos virou o maior exportador de drogas do planeta. Se a gente não fizer nada, a gente perde a guerra para o crime, jovens vão perder suas vidas para o crime”, completou.

ACRE

## PF revela operador financeiro do governador

Em meio à extensa lista de investigados da Operação Ptolomeu, a Polícia Federal aponta um nome central do esquema de desvios e fraudes envolvendo a cúpula do governo do Acre: Eduardo Braga da Rocha, o ‘Dudu’. Os federais o apontam como o ‘principal operador financeiro do governador Gladson Cameli’. Ao governador, eles atribuem o papel de suposto ‘chefe do grupo’.

Tão próximo do governador, ‘Dudu’ ocupava até o início do mês cargo comissionado de chefe de Departamento da Casa Civil do Acre. No dia 9, quando foi deflagrada a terceira etapa da Ptolomeu, a ministra Nancy Andrigui, do Superior Tribunal de Justiça, ordenou seu afastamento cauteloso.

Relatório da PF encartado aos autos que formam a Ptolomeu sustenta que ‘Dudu’ possui ‘inequívoca proximidade’ com o governador. Ele já havia sido alvo de pedido de prisão preventiva formulado pelos investigadores da operação que põe sob suspeita a gestão Gladson Cameli e abala o Acre. A PF também pediu o afastamento do governador, o que foi negado.

A PF narra que ‘sobram indícios’ de que Eduardo Braga tem ‘posição de proeminência’ na organização criminosa investigada. Segundo os investigadores, ele atua em três frentes: gerir e organizar as finanças do governador; negociar e receber vantagens indevidas (propina) em virtude de contratos públicos celebrados e delegar serviços menos importantes àqueles que estão abaixo dele na cadeia de comando da organização criminosa.

Ao pedir ao Superior Tribunal de Justiça a abertura da nova fase ostensiva da Ptolomeu, a PF transcreveu diálogos entre outros investigados que indicam o ‘poder e a ascendência’ de Eduardo Braga no grupo investigado, ‘localizando-se muito próximo ao governador do Acre’.

Uma conversa foi recuperada no celular de um dos alvos da Operação Atlântida, aberta pela PF em Cruzeiro do Sul - interior do Estado -, em junho de 2022. O investigado que teve o aparelho apreendido possui, segundo a PF, empresa que detém ‘contratos públicos fraudulentos’.

Essa empresa, diz a investigação, teria pago propina de quase R\$ 500 mil a Eduardo Braga no bojo de um contrato fechado com o governo acreano.

Na terceira etapa ostensiva da Ptolomeu, deflagrada na quinta-feira, 9, por ordem de Nancy Andrigui, do STJ, Eduardo Braga foi alvo de afastamento cauteloso do cargo comissionado como chefe de Departamento da Casa Civil do Acre, com salário mensal de R\$ 11.069,10.

No entanto, segundo a PF, ‘Dudu’ não parece prestar serviços no órgão público, sendo remunerado, na prática, ‘para prestar serviços privados ao governador, numa flagrante situação de desvio de finalidade’.

De acordo com os investigadores da Ptolomeu, Eduardo Braga ‘gerencia a obra de uma mansão do governador do Acre’.

Em julho de 2022, os investigadores deram início a um monitoramento de ‘Dudu’ e constataram sua proximidade com Gladson Cameli.

Segundo a PF, Eduardo Braga ‘gerencia a vida financeira’ do chefe do Executivo acreano. A PF indica que o comissionado da Casa Civil do Acre é responsável inclusive por realizar transporte e operações com dinheiro do governador.

Ao STJ, onde tramitam as investigações da Ptolomeu, a corporação entregou Relatório de Inteligência Financeira (RIF). O documento aponta que Eduardo Braga fez ‘depósitos de altos valores’ em espécie em favor de Cameli. Ele também paga suposto empréstimo em favor do governador ‘com impressionantes R\$ 100 mil em espécie’.

## BIOENERGIA

# São Martinho investe R\$ 150 milhões em centro de inovação em Pradópolis

Cunha Pavan afirmou que um dos grandes objetivos da empresa com o hub de inovação é garantir a produção de carbono renovável com a máxima eficiência e o menor custo do mercado

Com o objetivo de criar novos produtos e negócios e otimizar as operações de açúcar, etanol e bioenergia, a São Martinho inaugura, em Pradópolis (SP), um Centro de Inovação dedicado ao desenvolvimento de soluções tecnológicas em parceria com startups, empresas e universidades. A companhia investiu mais de R\$ 150 milhões para levar conectividade aos 350 mil hectares de lavoura de cana-de-açúcar das quatro usinas no Brasil e pretende utilizar a capacidade de gerenciar suas operações de forma online e em tempo real como matéria-prima para o hub.

Em entrevista, o vice-presidente e superintendente Agroindustrial da companhia, Agenor Cunha Pavan, detalhou o projeto e ressaltou que a iniciativa poderá, até mesmo, favorecer a interação da empresa com agentes financeiros. "Quando houver interesse em investimentos, certamente, seremos olhados como uma iniciativa inovadora diferenciada", afirmou o executivo.

O Centro de Inovação da São Martinho é um prédio instalado na principal unidade da companhia, considerada a maior planta processadora de cana-de-açúcar em operação do mundo, com moagem de 10 milhões de toneladas por safra.

No local, além das áreas de Gestão da Inovação, Ambiental, Sustentabilidade, Melhoria Contínua, Tecnologias Agroindustriais e Projetos, uma central de operações controla as atividades agrícolas e indus-



A São Martinho decidiu mirar no desenvolvimento de tecnologias e em novos negócios e, para atingir o objetivo, aproveitou sua essência inovadora

trias das quatro unidades da empresa por meio de monitores com dados em tempo real. Por trás das telas, a São Martinho também contratou profissionais específicos para trabalhar nesse novo segmento da empresa, como especialistas em transformação digital e desenvolvedores de tecnologia.

A ideia do Centro de Inovação derivou de um planejamento estratégico da companhia elaborado para até 2030. Segundo Pavan, a São Martinho decidiu mirar no desenvolvimento de tecnologias e em novos negócios e,

para atingir o objetivo, aproveitou sua "essência inovadora". "O fato de termos um processo de inovação bastante estruturado abriu muitas portas alguns anos atrás para financiar nossa conectividade", explicou o vice-presidente. "Queremos capitalizar essa conectividade em novos negócios, principalmente na frente digital", completou.

A companhia vem investindo em transformação digital desde 2015, com a implantação de redes 4G nas usinas, em parceria com empresas como CNH Industrial, Cen-

tro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD) e Tim. Entre 2018 e 2021, instalou também Centrais de Operações Agrícolas (COA) em todas as unidades da companhia, para monitorar as atividades. No último ano, a São Martinho começou a ativação da rede 5G com auxílio da Ericsson, Vivo e Tim e desenvolveu, ainda, uma plataforma de big data com a KPMG e a Microsoft para o gerenciamento dos dados. "Podemos sistematizar esse conhecimento agrônomo e industrial na forma de algoritmos

de inteligência artificial", definiu Pavan.

O executivo afirma que um dos grandes objetivos da empresa com o hub é garantir a produção de carbono renovável com a máxima eficiência e o menor custo do mercado. Para isso, espera captar startups, principalmente com o auxílio do Cubo Agro, e desenvolver soluções que favoreçam a logística das operações, a manutenção dos equipamentos e a agricultura de precisão (com o controle da adubação, de pragas e de bioinsumos).

O Cubo Agro, do qual a São

Martinho foi uma das sócias-fundadoras, é derivado do Cubo Itaú e fomenta o empreendedorismo tecnológico do setor. "Em um ano, mais de 30 startups estiveram sob a nossa curadoria e a ideia é pinçar para dentro de casa aquelas que tiverem qualidade e alinhamento com nosso planejamento estratégico", ressaltou Pavan. Além do Cubo, a São Martinho também é associada à ibiTech de Israel, à Enrich da Europa, à Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI), entre outras iniciativas que devem se tornar parceiras do Centro de Inovação em breve.

## AUTOESTIMA

# São Paulo distribui perucas grátis para pacientes que têm câncer

O Banco de Perucas Móvel - um caminhão customizado com prateleiras de perucas, espelho e acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida - circula pela cidade de São Paulo realizando um cronograma de ações solidárias em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, 8 de março.

No banco são oferecidos cortes de cabelos gratuitos para quem doar cabelos, além de doação de perucas e kits para crianças e mulheres com câncer, que encontrarão ali um ambiente acolhedor, onde poderão experimentar perucas até encontrar a ideal.

A ação é da Cabelegria, organização que há nove anos confecciona e distribui gratuitamente perucas para crianças e mulheres com câncer em todo o Brasil.

A fundadora da entidade, Mariana Robrahn, disse - sobre a importância da iniciativa para as pacientes com câncer - que "infelizmente a quimioterapia faz cair todos os cabelos de uma mulher que já está fragilizada. A doação da peruca faz com que os pacientes que não querem passar pelo tratamento careca se sintam [numa situação] melhor". A ação melhora a vida social das pacientes, disse ela. "Muitas vezes, para esses pacien-



A ação é da Cabelegria, organização que há nove anos confecciona e distribui gratuitamente perucas para crianças e mulheres com câncer em todo o Brasil

tes, além de devolver a autoestima, devolvemos também a vida social, pois alguns deles param de sair porque não querem que os vejam sem cabelos. Além da doação da peruca, o Banco de Perucas Móvel é uma experiência. Nele, a paciente faz uma linda maquiagem e pode experimentar diversas perucas até

encontrar a que mais gosta!", afirmou Mariana.

Paciente em tratamento, Elaine Cabral disse que está feliz com a peruca recebida. "Foi a melhor coisa que me aconteceu, pois queria muito um cabelo, estou muito feliz. A Cabelegria trouxe a minha autoestima de volta, sou muito grata pelo tra-

balho lindo que eles fazem, um atendimento maravilhoso, só gratidão".

A Ariana Santos, que também esteve no Banco de Perucas Móvel, revelou que amou a peruca e principalmente a iniciativa. "É um ato de amor e carinho com todas nós, mulheres em tratamento. Foi muito gra-

tificante o momento no caminhão: as pessoas doando e nós ali experimentando as perucas. Foram momentos de muita alegria, principalmente no dia das mulheres".

Desde o início do mês, já houve sete dias de ação. "Esses dias foram bem expressivos, tivemos 155 cortes de cabelo

para doação, 865 unidades de cabelos entregues já cortados e 45 perucas doadas", detalhou Mariana.

A próxima iniciativa será no sábado (25), das 9h às 14h, na Rua São Lucas 5B - Jardim de São Lázaro, Ferraz de Vasconcelos, São Paulo.

As pacientes que queiram retirar perucas de doação, devem apresentar laudo médico, identidade e Cadastro de Pessoa Física (CPF). Pacientes oncológicos também devem apresentar comprovante de quimioterapia. Será preenchido cadastro para liberação da doação.

As pessoas que quiserem doar cabelo podem ir aos pontos de coleta disponíveis no site ou doar cabelo através dos Correios: A/C Cabelegria, Caixa Postal - 75207 - São Paulo/SP, CEP. 02415-972 - CNPJ - 20.000.573/0001-22.

Para doações, o cabelo precisa ter, no mínimo, 20 centímetros. É importante que o cabelo seja amarrado antes do corte e que esteja seco sem chapinha ou escova.

A organização confecciona 50 perucas por mês e não há fila de espera para entregas pedidas pelo site e enviadas por Sedex sem custo. "São necessárias cerca de trezentas gramas de cabelo (aproximadamente cinco mechas de pessoas diferentes) para confeccionar uma única peruca", explica a organização.

Desde sua criação, a Cabelegria arrecadou milhares de doações de fios, transformando o projeto em uma corrente mundial do bem, que já realizou mais de 12 mil entregas gratuitas para crianças e mulheres.





**PROCUREMENT NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A.**

CNPJ: 05.370.858/0001-61

financeiros em que a Sociedade é arrendatária, os ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento, vide nota explicativa nº 2. **3.2 Novas normas e interpretações ainda não efetivas: International Accounting Standards Board (IASB):** Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela Sociedade até 31 de dezembro de 2022.

Norma	Descrição	Data de vigência
IFRS 17 - Insurance Contracts and Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts	O IFRS 17 substitui o IFRS 4 - Insurance Contracts e estabelece, entre outras coisas, os requisitos que devem ser aplicados, por emissores de contratos de seguros e resseguros no escopo da norma, e para contratos de resseguros mantidos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva com regras específicas.
Disclosure of Accounting Policies - Amendments to IAS 1 and Practice Statement 2	Em substituição ao requerimento de divulgação de políticas contábeis significativas, as emendas ao IAS 1 Presentation of Financial Statements estabelecem que políticas contábeis devem ser divulgadas quando forem materiais. Entre outras coisas, a emenda prevê orientações para determinar tal materialidade.	1º de janeiro de 2023, aplicação prospectiva para as emendas ao IAS 1.
Definition of Accounting Estimates - Amendments to IAS 8	De acordo com as emendas ao IAS 8, a definição de "mudança na estimativa contábil" deixa de existir. Em substituição, foi estabelecida definição para o termo "estimativas contábeis": valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.	1º de janeiro de 2023, aplicação prospectiva.
Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction - Amendments to IAS 12	As alterações reduziram o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 do IAS 12 Income Taxes de modo que não se aplique mais a transações que, entre outras coisas, no reconhecimento inicial, dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva com regras específicas.
Lease Liability in a Sale and Leaseback - Amendments to IFRS 16	Adiciona requisitos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como venda - e retroarrendamento (Sale and Leaseback) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.
Classification of Liabilities as Current or Non-current / Non-current Liabilities with Covenants - Amendments to IAS 1	As emendas estabelecem que o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Entre outras orientações, as emendas determinam que a classificação de um passivo não é afetada pela probabilidade de exercício do direito de diferir a liquidação do passivo. Adicionalmente, segundo as emendas, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante. Divulgações adicionais também são requeridas pelas emendas, incluindo informações sobre passivos não circulantes com cláusulas restritivas <i>covenants</i> .	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, a Sociedade avaliou que não terão impactos significativos nas demonstrações contábeis. **Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** O CPC emite pronunciamentos e interpretações tidos como análogos às IFRS, tal como emitidos pelo IASB. As emendas das IFRS contidas acima não foram emitidas pelo CPC até 31 de dezembro de 2022. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2022, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Pronunciamento Técnico CPC 50	IFRS 17 - Insurance Contracts	1º de janeiro de 2023
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20	Definition of Accounting Estimates (Amendments to IAS 8) Disclosure of Accounting Policies (Amendments to IAS 1) Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction (Amendments to IAS 12)	1º de janeiro de 2023
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21	IFRS 17 - Insurance Contracts Amendments to IFRS 17 Initial Application of IFRS 17 and IFRS 9 Comparative Information (Amendments to IFRS 17)	1º de janeiro de 2023

4 Caixa e equivalentes de caixa	2022	2021
Caixa e bancos	5	3
Aplicações financeiras	971	1.821
	976	1.824

As aplicações financeiras estão representadas por quotas de fundo de investimento do Banco Santander com rendimento atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), gerando rentabilidade em 2022 de 0,04% (0,03% em 2021). Os valores estão atualizados pelos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, não excedendo os seus respectivos valores de mercado. Os investimentos do fundo são de altíssima liquidez, prontamente conversíveis em caixa, sujeito a um risco insignificante de mudança de valor e com vencimento não superior a 3 (três) meses.

5 Contas a receber - FIDC	2022	2021
Quantidade de cotas	6.197.394	7.230.167
Rentabilidade (a.a)	12,41%	4,40%
Fundo FIDC (R\$)	23.699	24.604

Os recebíveis de títulos financeiros referem-se ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não-Padronizados do Sistema PETROBRAS (FIDCNP), igualmente lastreados em títulos públicos federais. Os investimentos do fundo são de altíssima liquidez, que é prontamente conversível a valores conhecidos de caixa, e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor e com vencimento não superior a 3 (três) meses. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os fundos acima apresentaram rendimentos de 12,41% e 4,40%, respectivamente. **a. Recebíveis de ativos financeiros:** Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como valor justo por meio do resultado "Recebíveis de ativos financeiros", considerando que o lastro desse fundo é, principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

6 Títulos e valores mobiliários	2022	2021
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	10.027	2.249
Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)	-	625
	10.027	2.874

Os títulos e valores mobiliários referem-se a investimentos em Certificados de Depósito Bancário (CDB) com rendimentos atrelados ao CDI e pré-fixado + IPCA, e possuem prazos de vencimentos não superiores a 12 meses e são apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo. Em 2022, os investimentos acima apresentaram rendimentos no ano entre 2,5% e 10,6%, considerando que as aplicações foram realizadas entre setembro de 2021 e outubro de 2022. Em 2021, os investimentos apresentaram rendimentos no ano entre 2,08% e 4,68%, considerando que foram efetuados em setembro de 2021. **7 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recuperar:**

a. A recuperar (circulante)	2022	2021
IRPJ	4.639	5.773
CSLL	499	881
	5.138	6.654

b. A recuperar (não circulante)	2022	2021
IRPJ	1.813	2.522
CSLL	-	582
Outros	742	692
	2.555	3.796

Os saldos acima, no longo prazo, referem-se a créditos tributários, dos quais há previsão para compensação ou restituição no primeiro semestre de 2024. A Sociedade tem por rotina revisar e atualizar pela taxa Selic os impostos e contribuições que afetam os seus negócios, objetivando assegurar que os pagamentos sejam devidamente realizados e que não haja valores recolhidos desnecessariamente. A Administração iniciou a compensação desses créditos com os débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, relativos a retenções na fonte de terceiros. Essas compensações são efetuadas através do programa PERDCOMP disponibilizado pela Receita Federal em sua página eletrônica, e possui o prazo de homologação de cinco anos. Além da

compensação através de transmissão da PERDCOMP, a Petronect também possui Pedidos de Restituição enviados para a Receita Federal do Brasil e que estão dentro do prazo de cinco anos para homologação. **c. Impostos Diferidos:** A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nos balanços patrimoniais:

31 de dezembro de 2022				
	Saldo inicial	No resultado	No Ativo Circulante	Saldo final
Impostos diferidos relativos a:				
Prejuízo Fiscal (a)	535	-	(535)	-
Total	535	-	(535)	-

31 de dezembro de 2021				
	Saldo inicial	No resultado	No Ativo Circulante	Saldo final
Impostos diferidos relativos a:				
Prejuízo Fiscal (a)	-	535	-	535
Total	-	535	-	535

Em 2022, os créditos fiscais diferidos ativos foram integralmente compensados com o lucro fiscal auferido ao decorrer do exercício. **d. Conciliação da despesa:** A conciliação entre a despesa total calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e as despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é demonstrada como segue:

	Benfeitorias		Máquinas e equipamentos		Móveis e utensílios	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Saldo contábil líquido 31 de dezembro de 2020	536	166	185	925	13	1.604
Aquisições	194	29	49	126	6	740
Baixas	-	(30)	(16)	(140)	-	-
Depreciação	(273)	(34)	(73)	(231)	(2)	(972)
Baixas (depreciação)	-	15	11	124	-	-
Saldo contábil líquido 31 de dezembro de 2021	457	146	156	804	17	1.372
Aquisições	251	39	62	310	8	227
Baixas	-	(3)	-	-	-	-
Depreciação	(277)	(35)	(74)	(324)	(4)	(677)
Baixas (depreciação)	-	3	-	-	-	-
Saldo contábil líquido 31 de dezembro de 2022	431	150	144	790	21	922

Em 31 de dezembro de 2022, a administração não identificou quaisquer indicadores, internos ou externos, conforme definido no item 12 do CPC 01 (R1), que possam gerar dúvida de que os ativos da Sociedade possam estar registrados por valor acima ao de sua recuperação.

**10 Intangível:** A Sociedade apresenta em seu ativo intangível softwares e desenvolvimento que são adquiridos na Accenture do Brasil Ltda., na SAP Brasil Ltda. e demais fornecedores, utilizados na manutenção e criação de projetos customizados. Tais projetos formam sistemas de acesso aos clientes, definidos como Portal de Compras, Bidiessel, Portal Cadastro de Fornecedores e outros (Portal Petronect). Em 2022, a Petronect iniciou uma negociação com a Petrobras sobre a extensão de prazo dos principais contratos de prestação de serviços (Portal de Compras e Cadastro), até abril de 2024. Com isso, a administração fez o teste de impairment dos ativos intangíveis com base no método de valor em uso. O método de valor justo líquido de despesa de venda não pôde ser utilizado devido aos seguintes fatores: (i) a tecnologia sobre a qual o Portal Petronect está estabelecido é obsoleto, portanto não há um potencial mercado de interesse; (ii) o cliente atual contratou o desenvolvimento interno de um novo sistema para seu atendimento. Como resultado do teste de impairment descrito acima, o valor em uso, por meio de fluxos de caixa futuros descontados, resultou em valor presente líquido (VPL) negativo. Como consequência administração manteve a provisão integral para esses ativos, a qual foi constituída em 2020.

	Petrobras	2022	2021
<b>Ativo</b>			
Contas a receber (a)	10.825	10.800	
<b>Não Circulante</b>			
Contas a receber (b)	16	48	
Outros contas a receber	-	19	
<b>Passivo</b>			
Fornecedores - Empresas do Sistema Petrobras (c)	1.801	2.658	
Dividendos a pagar (14d)	1.475	-	
Outras contas a pagar (d)	3.841	1.367	
<b>Não Circulante</b>			
Outras contas a pagar (e)	-	2.163	
<b>Resultado - Receitas (despesas)</b>			
Receita operacional líquida de serviços (a)	102.904	82.255	
Custos com serviços profissionais - hospedagem de sistemas ("hosting") (f)	5.646	5.338	
Honorários da diretoria (g)	1.513	1.336	
Custo com pessoal cedido (h)	794	752	

(a) Refere-se à prestação de serviços de provimento de soluções e de facilidades de comércio eletrônico para a execução de cotações, coletas de preços e licitações. (b) Corresponde a retenções contratuais firmadas com clientes, referente a prestação dos serviços mencionados na nota 11 (a). O recebível está contratuariamente atrelado a comprovação das obrigações trabalhistas por parte da contratada. (c) O saldo em aberto refere-se a custos incorridos na prestação de serviços de hospedagem de sistemas e ao ressarcimento dos gastos com pessoal cedido. (d) Refere-se a saldo contratual com a Petrobras referente ao repasse a menor dos custos compartilhados de hospedagem de sistemas, relacionada a anos anteriores, apuração do SLA contratual do serviço de Cotações e Portal Cadastro, cujos descontos não haviam sido efetuados até a data do fechamento dessas demonstrações. (e) Refere-se a saldo contratual com a Petrobras referente ao repasse a menor dos custos compartilhados de hospedagem de sistemas, relacionada a anos anteriores. (f) Corresponde a custos incorridos na prestação de serviços de hospedagem de sistemas, cujo objetivo é a atuação coordenada entre as empresas, nas atividades de TI na área de implementação, manutenção e operação de infraestrutura, de hardware e software básico. (g) Corresponde ao ressarcimento dos gastos com pessoal cedido chave da administração da Sociedade pela Petrobras. (h) Corresponde ao ressarcimento dos gastos com pessoal cedido à Sociedade pela Petrobras.

	2022	2021
<b>12 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recolher</b>		
Imposto sobre serviços	564	561
IRRF terceiros	381	225
Contribuições a recolher (Lei nº 10.833/03)	465	490
INSS terceiros	226	199
Encargos sociais trabalhistas	-	884
	1.636	2.359
<b>Total</b>	1.636	2.359

13 Outras partes relacionadas	SAP Brasil		Accenture do	
	Ltda.	Brasil Ltda.	2022	2021
<b>Passivo</b>				
Fornecedores	2.494	4.004	6.498	5.498
Dividendos a pagar (14d)	329	214	543	-
<b>Não Circulante</b>				
Fornecedores	-	-	-	3.160
<b>Resultado</b>				
Custo com serviços profissionais - licença de software	7.690	37.512	45.202	36.071
Despesas com consultorias	947	6.417	7.364	5.432

16 Custos dos serviços prestados						
2022						
	Operações	Projetos	Cotações	Cadastro	Pagamentos	Total
Custo de pessoal	(4.103)	(1.393)	(2.371)	(434)	(98)	(8.399)
Custo de serviços de operação	(16.441)	-	(19.070)	(3.085)	(1.118)	(39.714)
Custo de serviços s/ encomenda	-	(6.821)	-	-	-	(6.821)
Manutenção software	(5.130)	(180)	-	(570)	(120)	(6.000)
Hosting	(4.630)	-	-	(847)	(169)	(5.646)
Pessoal cedido	(494)	(50)	(187)	(48)	(16)	(795)
<b>Total dos custos dos serviços prestados</b>	<b>(30.798)</b>	<b>(8.444)</b>	<b>(21.628)</b>	<b>(4.984)</b>	<b>(1.521)</b>	<b>(67.375)</b>

2021						
	Operações	Projetos	Cotações	Cadastro	Pagamentos	Total
Custo de pessoal	(2.954)	(424)	(1.662)	(368)	(102)	(5.510)
Custo de serviços de operação	(16.623)	-	(17.656)	(2.754)	(966)	(37.999)
Custo de serviços s/ encomenda	-	(825)	-	-	-	(825)
Manutenção software	(4.008)	(151)	-	(445)	(95)	(4.699)
Hosting	(4.342)	(47)	-	(789)	(160)	(5.338)
Pessoal cedido	(469)	(36)	(183)	(47)	(15)	(750)
<b>Total dos custos dos serviços prestados</b>	<b>(28.396)</b>	<b>(1.483)</b>	<b>(19.501)</b>	<b>(4.403)</b>	<b>(1.338)</b>	<b>(55.121)</b>

A Sociedade aplica na sua prestação de serviços custos diretamente relacionados às Operações, os quais se referem aos portais de Compras, Cadastro, Pagamentos e Cotações. Também são aplicados como custos: serviços sob encomenda e manutenção e desenvolvimento de software. Estes custos são referentes aos contratos de prestação de serviços com Accenture, SAP, Neo BPO e Hartmann os quais são alocados aos projetos, e vinculados à prestação de serviços. Aos custos de operações e sob encomenda incorrem créditos dos impostos PIS e COFINS. **17 Despesas administrativas:** As despesas administrativas incorridas pela Sociedade estão da seguinte forma distribuídas de acordo com sua classe.

	2022	2021
Gastos com pessoal, diretoria e conselho de administração	(9.119)	(8.665)
Ocupação (aluguel e manutenção)	(902)	(1.171)
Depreciação	(1.369)	(1.739)
Utilidade e serviços públicos	(318)	(567)
Serviços de terceiros	(7.448)	(6.080)
Multas contratuais	(797)	(467)
Impostos e taxas	(524)	(1.467)
Melhorias operacionais	(6.749)	(6.025)
Total das despesas administrativas	(27.226)	(26.181)

**18 Outras despesas e receitas operacionais:** As outras despesas e receitas operacionais incorridas pela Sociedade estão da seguinte forma distribuídas de acordo com sua classe.

	2022	2021
<b>Outras Receitas Operacionais</b>	<b>-</b>	<b>27</b>
Outras Receitas Operacionais	-	27
Total Outras Receitas Operacionais	-	27

**Outras Despesas Operacionais**

	2022	2021
Perda na baixa de imobilizado	-	(36)
Outras Despesas Operacionais (a)	-	(2)
Total Outras Despesas Operacionais	-	(38)
Total Outras Receitas e Despesas Operacionais	-	(11)

**19 Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras e despesas financeiras incorridas pela Sociedade estão da seguinte forma distribuídas de acordo com sua classe.

	2022	2021
<b>Receita financeira</b>	<b>798</b>	<b>436</b>
Varição monetária ativa	3.460	979
Receita sobre aplicação financeira	7	6
Varição cambial ativa	109	-
Descontos obtidos	-	-
Total das receitas financeiras	4.374	1.421

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.521	12.571
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(5.957)	(4.274)
Diferenças permanentes líquidas	(106)	(526)
Diferenças temporárias sem efeito no resultado	2.653	(170)
Prejuízo Fiscal sem efeito no resultado	-	1.490
Prejuízo Fiscal de exercício anterior com efeito no resultado	-	535
Outros itens:		
Ajuste de 10% sobre excedente	24	24
	(3.386)	(2.921)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.386)	(3.456)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	535
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(3.386)	(2.921)
Alíquota fiscal efetiva	19%	23%

**8 Outros Créditos:** Refere-se a despesas pagas antecipadamente na aquisição de licenças, seguros, garantias e suportes de equipamentos de informática, além de depósito caução em garantia da utilização do escritório sede, cujos benefícios ultrapassam o exercício corrente, as quais são apropriadas como despesas conforme regime de competência. Sendo demonstrado como segue:

	2022	2021
Licenças de Software	2.584	643
Depósito caução	207	570
Seguros a apropriar	201	191
Garantias e suportes de equipamentos de informática	110	68
	3.102	1.472

	2022	2021
Saldo contábil líquido 31 de dezembro de 2020	536	166
Aquisições	194	29
Baixas	-	(30)
Depreciação	(273)	(34)
Baixas (depreciação)	-	15
Saldo contábil líquido		



PROCUREMENT NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A.

CNPJ: 05.370.858/0001-61

As operações da Sociedade estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a. Risco de crédito: A Sociedade está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa. Tal risco consiste na possibilidade de não saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras ou de não recebimento dos clientes.

Fluxo de Caixa Contratuais
Valor 2 meses 2-12 1-3
contábil ou menos meses anos
Fornecedores 16.709 11.379 - 5.330

31 de dezembro de 2021

Table with 5 columns: Fluxo de Caixa Contratuais (Valor contábil ou meses), 2 meses, 2-12 meses, 1-3 meses, anos. Rows include Fornecedores and Passivo de Arrendamento Financeiro.

Salários e outros benefícios
22 Arrendamento mercantil: Obrigações de arrendamento financeiro: A Sociedade mantém contratos de arrendamento mercantil relacionados a seguir:

Table with 7 columns: Movimentação dos arrendamentos mercantis; 2021, Adições, Amortização de Principal, Amortização de Juros, Juros incorridos, Baixas, Transferências, 2022. Rows include Menos de um ano and Mais de um ano e menos de cinco anos.

Roberta Nobre Damiani Pereira Presidente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Rodolfo Eschenbach Junior Conselhoheiro

Rui Eduardo de Oliveira Botelho Conselhoheiro

Michel Jacques Levy Conselhoheiro

Marcelo de Carvalho Bonniard Presidente

DIRETORIA
Rainer Muhlhous Diretor

Samuel Fernandes de Souza Diretor

CONTADORA RESPONSÁVEL
Aline da Silva Palhares de Souza Contadora - CRC RJ.093695/O-5

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselhoes e Diretores da Procurement Negócios Eletrônicos S.A. - Rio de Janeiro - RJ. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Procurement Negócios Eletrônicos S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2023
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Eduardo Garbin Di Luca Contador CRC RJ-114186/O-7

LOGÍSTICA

Via investe em tecnologia e entregas já chegam em todo o território nacional

A Via, dona das marcas Casas Bahia, Ponto e Extra.com.br, é protagonista quando o assunto é logística no Brasil. Ao longo dos últimos anos, a companhia investiu em tecnologia e infraestrutura para ampliar a entrega de serviços e aumentar a sua eficiência operacional.

nificativos. Por exemplo, com fulfillment a companhia oferece toda a estrutura logística, desde o recebimento, armazenagem e entrega de produtos de terceiros - sejam eles comercializados através do marketplace ou dos concorrentes. Já no fullcommerce, a empresa oferece tudo o que o primeiro serviço tem, mas também realiza toda operação do site, incluindo emissão de notas e sistemas para o contratante. São clientes desta modalidade empresas como Gradiente, Café Pílão, Café L'Or, Cimed, Lenox, entre outras.

É evidente que a logística é uma área estratégica na Via e permite a diversificação de capital no negócio. Presente em mais de 450 cidades com 30 CD's e mais de 1.100 lojas que funcionam como mini-hubs, a empresa tem como maior atributo a sua capilaridade e o potencial de atender o cliente como, quando e onde ele quiser.

A Via investe seus esforços para além do varejo, ao apresentar uma jornada de compras que coloca o cliente como seu foco principal. Para tanto, desenvolve alianças únicas, que possibilitam a melhor experiência por meio de uma oferta agnóstica de produtos, serviços, soluções financeiras e logística.

E para auxiliar nesse processo, no Centro de Distribuição de Jundiaí, o maior do mercado varejista na América Latina, a companhia acaba de implantar o novo Manhattan Active Warehouse Management (WMS). Com a novidade, a Via é a primeira da sua área de atuação no Brasil a converter um sistema de gerenciamento logístico para o armazenamento de dados na nuvem, o que permite um maior grau de produtividade e agilidade no coração logístico do seu negócio.

"Hoje chegamos no Brasil inteiro e de maneira muito rápida. A estratégia omnicanal da Via está cada vez mais forte e, graças a isso, pegamos os ótimos ativos e levamos para fora da Via. Nossa logística é referência e passamos isso para os nossos parceiros", ressalta Fernando Gasparini, diretor-executivo de Logística e Abastecimento da Via.

Isso quer dizer que a plataforma de logística serve tanto o ecossistema da Via como para o mar aberto (logística as a service para parceiros que não estão no seu marketplace). Inclusive, o último relatório de resultados (4T22) da companhia mostrou que a logística mar aberto cresceu +837% em receita e +320% em pedidos.

O fulfillment e fullcommerce são grandes responsáveis por esses avanços tão sig-

Com cerca de 45 mil colaboradores, a Via possui capital aberto na B3 desde 2013, mantendo forte atuação em mais de 450 municípios, 22 estados e no Distrito Federal. Por meio da mais digital e robusta rede logística do Brasil, conecta cerca de 1,1 mil lojas físicas, 30 centros de distribuição e hubs de entregas a cerca de 97 milhões de clientes, com o oferecimento de produtos, créditos, serviços financeiros e soluções desenhadas para os maiores impactos comerciais em mais de 450 municípios, 22 estados e no Distrito Federal.

VAST INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ nº 21.778.678/0001-70 - NIRE nº 33.3.0031499-7. Ata da AGE realizada em 13/01/2023: 1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 13/01/2023, às 9:00h, Reunião realizada de forma digital, considerada, para todos os fins legais, nos termos da Seção VIII do Anexo V à Instrução Normativa DREI nº 81/2000, como ocorrida na sede social da Vast Infraestrutura S.A. ("Cia"), localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Muller, 116, salas 2203, 2204 e 2205, Botafogo, CEP 22.290-160. 2. Convocação e Presença: Dispensada as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Cia. Presentes os acionistas detentores da totalidade do capital social da Cia. 3. Mesa: O Sr. Victor Bomfim, Diretor Presidente da Cia, instalou a presente assembleia geral extraordinária e foi indicado pelos acionistas para presidir a reunião. Ato contínuo, o presidente da mesa convidou a Sra. Carla Grotz para secretariar a reunião. 4. Ordem do Dia: Deliberar sobre a eleição de membros do Conselho de Administração da Cia. 5. Deliberações: Após análise e discussão da matéria constante da ordem do dia, os acionistas deliberaram por unanimidade e sem ressalvas: 6.1. Aprovar a eleição dos seguintes membros para compor o Conselho de Administração da Cia, com mandato unificado de 1 (um) ano a contar da presente data, ou seja, até 13/01/2024, considerando que o mandato do Conselho de Administração se encerrou em 24/11/2022: (i) Pedro Pullen Parente, brasileiro, casado, consultor empresarial, identidade nº 193545 SSP-DF, CPF/MF nº 059.326.371-53, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Al. Franca, 659, Apto. 51, Jd. Paulista, CEP 01.422-000, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração; (ii) Rogério Sekeff Zampronha, brasileiro, casado, economista, identidade nº 13317843 (IICOSP), CPF/MF nº 065.692.368-73, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço profissional na Rua do Russel, 804, Edifício Manchete, 5º andar, Glória, CEP 22.210-040, para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração; (iii) Jorge Marques de Toledo Camargo, brasileiro, casado, geólogo, identidade nº 293644 (SSP-DF), CPF/MF nº 114.400.151-04, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Rua do Russel, 804, 5º andar, Glória, CEP 22.210-040, para o cargo de Membro Efetivo do Conselho de Administração; (iv) Carlos Tadeu da Costa Fraga, brasileiro, casado, engenheiro civil, identidade nº 03.801.559-0 (D/C/RJ), CPF/MF nº 465.343.697-53, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Rua Lauro Muller nº 116, salas 2203, 2204 e 2205, CEP 22.290-160, para o cargo de Membro Efetivo do Conselho de Administração; (v) Patrícia Helena Fonseca Garcia, brasileira, solteira, administradora, identidade nº 061.758.009 (FP/RJ), CPF/MF nº 772.481.987-49, residente e domiciliada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Rua Lauro Muller, 116, salas 2203, 2204 e 2205, Botafogo, CEP 22.290-160, para o cargo de Membro Efetivo Independente do Conselho de Administração; e (vi) Flavio Bernardo Luna do Valle, brasileiro, solteiro, advogado, identidade nº 150.344 (OAB/RJ), CPF/MF nº 099.806.927-23, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço profissional na Rua Anibal de Mendonça, 27 - 3º andar, Ipanema, CEP 22.410-050, para o cargo de Membro Efetivo do Conselho de Administração. Todos os Conselheiros ora eleitos declararam não estar impedidos, nos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76 para o exercício de suas funções e tomarão posse de seus cargos mediante assinatura dos seus respectivos termos de posse lavrados no livro de atas de reuniões do Conselho de Administração, nos termos do artigo 149 da Lei nº 6.404/76. Consigna-se que o mandato da Sra. Lavinia Rocha de Hollandia ao cargo de membro independente do Conselho de Administração se encerrou em 24/11/2022, não tendo exercido referido cargo desde então. A eleição de novo membro independente em substituição à Sra. Lavinia Rocha de Hollandia será feita oportunamente em observância ao parágrafo primeiro do artigo 8º do Estatuto Social da Cia. 7. Lavratura: Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76. 8. Arquivamento e Publicações: Esta ata será arquivada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA, devendo ser realizados os registros nos livros societários e as publicações legais. 9. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente da Mesa deu por encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária, da qual a Secretária lavrou a presente Ata, na forma sumária, que, lida e aceita em todos os seus termos, foi assinada por todos os acionistas presentes, conforme assinaturas abaixo. Rio de Janeiro, 13/01/2023. Mesa: Victor Bomfim - Presidente da Mesa; Carla Grotz Mattoso - Secretária. Acionistas presentes: Prumo Logística S.A. - Eugenio Leite de Figueiredo - Diretor; Prumo Logística S.A. - Eduardo Quartarone Campos - Diretor; Açu Petróleo Investimentos S.A. - Eugenio Leite de Figueiredo - Diretor; Açu Petróleo Investimentos S.A. - Eduardo Quartarone Campos - Diretor; Heliporto do Açu S.A. - Eugenio Leite de Figueiredo - Diretor; Heliporto do Açu S.A. - Eduardo Quartarone Campos - Diretor.

SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS

CNPJ: 44.019.198/0001-20 - NIRE: 33.3.0027025-6. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO. São convidados os senhores acionistas de SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se em 30 de março de 2023, às 10:00 horas, em 1º convocação, na sede social na Rua da Glória, nº 122, salas 701 e 702, Glória, nesta Capital, CEP 20.241-180, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Em Assembleia Geral Ordinária: (a) Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, compreendendo o Relatório de Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes, cujas cópias e documentos se encontram na sede da sociedade à disposição dos acionistas; (b) Deliberação e destinação do resultado do exercício (ii) Em Assembleia Geral Extraordinária: (a) Alteração dos estatutos sociais para aumentar o capital social de R\$ 33.808.022,66 (trinta e três milhões, oitocentos e oito mil, vinte e dois reais e sessenta e seis centavos), para R\$ 36.808.022,66 (trinta e seis milhões, oitocentos e oito mil, vinte e dois reais e sessenta e seis centavos), através de recursos da Reserva de retenção de lucros; (b) Alteração dos estatutos sociais no que se refere a representação da sociedade, para aumentar a alçada dos demais Diretores, sem a necessidade de assinatura do Diretor Presidente, Rio de Janeiro, 22 de março de 2023. Pedro Claudio de Medeiros Bocayuva Bulcão - Diretor Presidente.

ASSOCIAÇÃO FROTAXI DA TIJUCA

CNPJ nº 04.041.989/0001-32. Convocação: Convocamos os associados para a realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na sede, na Rua Garibaldi, nº133, Tijuca, nesta cidade, no dia 8 de abril de 2023, com a 1ª convocação às 07:00 hs em 2ª convocação às 08:00hs e em 3ª e última convocação às 09:00 hs com o mínimo dez associados, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1 - Prestação de contas; 2 - Relatório de Gestão e Balanço; 3 - De mostrativo de Perdas e Sobras Apuradas; 4 - Plano de Atividades para o Exercício Seguinte; 5 - Inadimplência; 6 - Inclusão e Exclusão de Associados; 7- Assuntos Gerais. Rio de Janeiro 18 de março de 2023.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

CNPJ/MF Nº. 15.440.708/0001-30 - NIRE Nº. 33.3.0030232-8. COMPANHIA FECHADA. ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2023. 1. DATA, HORA E LOCAL: Em 08 de março de 2023, às 14h00, na sede social da Companhia, localizada na Rua Euzébio Almeida, nº. 2.500, bairro Jardim Sulacap, CEP 21.741-172, Rio de Janeiro/RJ. 2. PRESENÇA: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. 3. MESA: Presidente: Eduardo Siqueira Moraes Camargo. Secretário: Roberto Penna Chaves Neto. 4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: (i) manifestar-se sobre o relatório de administração e as contas apresentadas pela Diretoria, bem como as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) examinar e opinar sobre a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iii) a apuração das Metas 2022; e (iv) o pagamento dos valores devidos pela Companhia à CCR - antiga filial Actua e à Divisão Engelog-Tec. 5. DELIBERAÇÕES: Os Senhores Conselheiros, após debates e discussões, deliberaram: (i) Por unanimidade de votos, manifestar-se favoravelmente: (a) ao relatório da administração e às contas apresentadas pela Diretoria, bem como às demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e (b) à proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e aprovar a convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia; (ii) Por unanimidade de votos, aprovar a apuração das Metas de 2022, conforme metodologia de pagamento apresentada na reunião; e (iii) Registrada a abstenção dos conselheiros os Srs. Eduardo Siqueira Moraes Camargo e Roberto Penna Chaves Neto, aprovaram o pagamento dos valores devidos pela Companhia à CCR - antiga filial Actua e à Divisão Engelog-Tec, nos termos apresentados na presente reunião. 6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. Rio de Janeiro/RJ, 08 de março de 2023. Assinaturas: Eduardo Siqueira Moraes Camargo, Presidente e Roberto Penna Chaves Neto, Secretário. Conselheiros: (1) Eduardo Siqueira Moraes Camargo; (2) Marcus Vinicius Figueira da Rosa; e (3) Roberto Penna Chaves Neto. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. Eduardo Siqueira Moraes Camargo - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil. Roberto Penna Chaves Neto - Secretário - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil. JUCERJA 00005376147 em 17/03/2023. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

Edital de Convocação

O Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços e Instaladoras de Sistemas e Redes de TV por Assinatura, Cabo, MMDS, DTH e Telecomunicações - SINSTAL, inscrito no CNPJ: 02.742.202/0001-34, de acordo com o artigo 2º, II, VI, artigo 19º, I e § 1º do Estatuto Social vigente, c/c artigo 611 e seguintes da CLT, convoca todos os associados e não associados das empresas prestadoras de serviços e instaladoras de sistema e redes de tv por assinatura, cabo, mmds, dth, telecomunicações e correlatas, do Estado do Rio de Janeiro, para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 24 de março de 2023 às 14:00h em primeira convocação, e, em segunda convocação, às 14:30h com qualquer número dos presentes, através de videoconferência no link: https://bit.ly/prestadorasrj2023, com a seguinte Ordem do Dia: I - Início dos debates e deliberações sobre a pauta laboral de reivindicações, para a formalização do instrumento normativo coletivo, data-base ABRIL, para os setores profissionais que prestam serviços aos nossos representados no Estado do Rio de Janeiro; II - Eleição da Comissão de Negociações Coletivas para o ano de 2023/2024; III - Fixação da Contribuição Assistencial patronal e/ou outras taxas para a categoria. Rio de Janeiro, 21 de março de 2023. Vivien Mello Suruagy - Presidente

VAST INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ: 21.778.678/0001-70. ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL. A empresa Vast Infraestrutura S.A. toma público que iniciou a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) de acordo com a Instrução Técnica COEAM/PRES nº 01/2023, encaminhada em 17/03/2023 pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), referente ao requerimento da Licença Prévia (LP) para análise da viabilidade ambiental da ampliação do Oleoduto sul em cerca de 68 km (sessenta e oito quilômetros), no trecho compreendido entre a estação de Barra do Furado, em Quissamã/RJ e o Terminal de Cabúnas - TECAB, em Macaé/RJ, inclusão de uma nova área de 9.309,53 m² destinada a apoiar a operação do oleoduto norte, localizada em terreno vizinho à estação de Barra do Furado da Petróbras, em Quissamã/RJ, na qual será estabelecida uma estação auxiliar de Barra do Furado - (EABF), e adequar o traçado final do oleoduto norte mantendo sua extensão licenciada, conforme consta do processo de licenciamento E07/002.6314/2019.

RENOVAÇÃO DE LICENÇA

PERFORMANCE ANTONIO CARLOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. - CNPJ 18.596.313/0001-10, torna público que requereu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo 26/510.371/2018 a renovação de sua Licença Municipal Prévia - LMP Nº 001287/2019 para Construção de Edificação Comercial na Avenida Presidente Antônio Carlos, S/Nº - Área 1 do PAL 47.482 - Centro - Rio de Janeiro / RJ.

CONCESSÃO DE LICENÇA

POSTOEGARAGELINSLTDA inscrito sob o CNPJ:42.312.355/0001-66, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo EIS-PRO-2022/05018, Licença Ambiental Municipal de Operação EIS-LMO-2023/00033, com validade de (24/02/2023 à 24/02/2033) para Revenda de Combustíveis Líquidos utilizando SASC composto por três tanques com capacidade de 30m³ cada; Serviços de Lavagem e Troca de Óleo Lubrificante em veículos automotores, situado na Rua Mário Piragibe, 1 - Lins Vassconcelos - Rio de Janeiro/RJ.





FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.

CNPJ/MF Nº 01.629.083/0001-45

Bens objeto da concessão e arrendamento: a) Máquinas e equipamentos para manutenção de locomotivas, vagões e Via Permanente; b) Infra-estrutura e superestrutura da Via Permanente; c) Locomotivas, Vagões e Veículos rodoviários e ferroviários; d) Prédios, Instalações e Terrenos.

rovia Paraná S.A. – Ferropar. Com a decretação da falência da Ferropar em 14.12.2006 (Autos nº 631/2005 – 3ª Vara Cível de Cascavel – PR), e, com a justificativa da continuidade da prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas na Malha Guarapuava – Cascavel, o Governo do Estado do Paraná determinou através do Decreto nº 10/2007 e seguintes, em favor da Estrada de Ferro Paraná Oeste – Ferroeste, Sociedade de Economia Mista do Estado do Paraná, a requisição de todos os bens.

ra da Companhia, concluiu que a mesma tem condições em continuar suas operações em um futuro previsível. 29 Eventos subsequentes. Ao elaborar as demonstrações contábeis, a administração não identificou eventos subsequentes relevantes, entre a data do Balanço Patrimonial e a data de emissão das Demonstrações Contábeis. 30 Seguros Valor segurado em 31/dez./2022

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. Aos Acionistas e Administradores da Companhia ferroviária tereza cristina s.a. Rio de Janeiro - RJ. Opinião. Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Base para opinião. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria. Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor. A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

mas que há distorções relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. O responsável pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Laguna/SC, 01 de março de 2023. MARCOS DANILO VIANA - Contador – CRC/RS Nº. 030.003/O-2 T/SC S/RJ - CPF: 123.871.000-00. OIV AUDITORES INDEPENDENTES S/S - CRC/SC Nº. 3.628-S/RJ.

rias, mas, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Laguna/SC, 01 de março de 2023. MARCOS DANILO VIANA - Contador – CRC/RS Nº. 030.003/O-2 T/SC S/RJ - CPF: 123.871.000-00. OIV AUDITORES INDEPENDENTES S/S - CRC/SC Nº. 3.628-S/RJ.

IMPACTO SALARIAL

Cerca de 86% de trabalhadoras negras relatam casos de racismo

A pesquisa inédita Mulheres negras no mercado de trabalho, realizada por meio da rede social LinkedIn, contou com a participação de 155 mulheres na faixa etária de 19 e 55 anos, sendo a média prevalente entre 30 e 45 anos.



Mais de 70% das mulheres participantes da pesquisa relataram que, durante a jornada profissional, precisavam explicar porque o cabelo estava alisado, era black, ou a razão de terem colocado lace nos cabelos (prótese feita fio a fio em uma tela de microtule).

Na terça-feira (21), quando se comemora o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, pesquisa feita pela consultoria Trilhas de Impacto aponta que 86% das mulheres negras já sofreram casos de racismo nas empresas em que trabalham. A pesquisa inédita Mulheres negras no mercado de trabalho, realizada por meio da rede social LinkedIn, contou com a participação de 155 mulheres na faixa etária de 19 e 55 anos, sendo a média prevalente entre 30 e 45 anos. Do total das participantes, 50,3% possuem nível superior e pós-graduação ou especialização; 13,5% mestrado e doutorado; e 24,5%, ensino superior completo. Suas áreas de trabalho são educação, recursos humanos, tecnologia da informação (TI) e análise de sistemas, telemarketing, relações-públicas, administração e comércio. A coleta de dados foi efetuada em 2021 e 2022. A diretora-presidente da consultoria, Juliana Kaizer,

destaca que todas entrevistadas têm formação acadêmica. "Isso, para mim, é um dado muito relevante, porque todas as mulheres entrevistadas têm curso superior completo e estão formalmente empregadas. Chamou muito minha atenção que o fato de as pessoas terem nível superior ou pós-graduação não impede que elas sofram racismo. É assustador", manifestou Juliana. A pesquisadora também é uma mulher negra, professora do MBA em responsabilidade social e sustentabilidade do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do curso de diversidade da Escola de Negócios (IAG) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). É ainda aluna de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas e conselheira da Associação Brasileira de Recursos Humanos seção Rio de Janeiro (ABRH-RJ). Na avaliação de Juliana, a pesquisa faz cair o mito da democracia racial que indica que, se a pessoa tiver um bom nível de educação, não vai sofrer racismo. O objetivo foi conhecer a realidade das mulheres pretas e pardas no mercado de trabalho. Durante a análise dos dados, Juliana percebeu que alguns aspectos se repetiram nos relatos e decidiu dividi-los em categorias para melhor compreensão dos resultados qualitativos. Cabelo, por exemplo, foi um desses aspectos. Mais de 70% das mulheres relataram que, durante a jornada profissional, precisavam explicar porque o cabelo estava alisado, era black, ou a razão de terem colocado lace nos cabelos (prótese feita fio a fio em uma tela de microtule). "Acho que esse é um dado importante para a gente considerar." Outro dado que chamou a atenção foi que 68% das profissionais disseram ter sido confundidas, em algum momento, com a faxineira ou moça da limpeza da empresa. "Eu estou falando de mulheres com ensino superior completo e pós-graduação", ressaltou. Uma coordenadora de área mencionou que, todo dia, o líder do setor pedia para ela deixar arrumado o espaço pes-

soal e dos demais colegas. "Ela não conseguia entender por que lhe era pedido aquilo. Os colegas iam embora e ela ficava limpando a sala. Até que se deu conta de que estava sendo vítima de racismo. Mas demorou, porque ficou mais de um ano nessa situação." Para Juliana, a situação é muito crítica. "É um negócio assustador". A pesquisa revela que mais de 50% das consultadas disseram que a cor da pele e o lugar onde moravam foi perguntado durante as entrevistas online no recrutamento. "Elas perceberam que, durante as entrevistas, no processo seletivo, tudo ia muito bem no formato online, com análise do currículo, mas que, no momento da entrevista ao vivo, com a câmera aberta, os recrutadores, em geral mulheres brancas, voltavam atrás. "Esse foi também um aspecto que as profissionais negras falaram muito". Chamou a atenção também o fato de apesar de mais de 70% das respondentes terem pós-graduação, isso não faz com que elas subam na empresa. "Muitas estão há dez anos no cargo, não veem nenhuma pessoa parecida com elas em cargo de liderança, enfim, não se sentem estimuladas". Como pesquisadora negra, Juliana disse ter sido difícil sair um pouco dela mesma para focar na pesquisa de forma distanciada. "Porque estou falando de mim também. São barreiras pelas quais eu também passo. Se eu falo três idiomas, se moro fora do Brasil, não adianta. A cor da minha pele chega antes. E foi isso que a pesquisa mostrou. Muitas mulheres falam inglês, algumas têm mestrado e doutorado e são tratadas de uma forma aviltante. E, se tem racismo, é porque tem racistas". Mulheres que estão em cargos de coordenação e gerência afirmaram que quando descobriam que um colega branco desempenhava a mesma função, mas tinha salário maior, e elas pleiteavam aumento, as empresas criavam um cargo para justificar que a outra pessoa, na mesma posição, ganhava mais. Todas, sem exceção, falaram de exaustão no trabalho, tendo que dar provas de competência o tempo todo e, ao mesmo tempo, não ganhar o suficiente para sobreviver. Outro dado importante é que as mulheres negras não crescem na carreira profissional no Brasil. "Elas podem até crescer em cargos, mas não crescem em dinheiro", Juliana destacou que 52% dos estudantes de universidades federais são negros e questionou por que essa prática não se repete nas empresas, com pessoas pretas em cargos de liderança, ganhando um bom dinheiro. De acordo com estudo do Instituto Ethos de 2020, mulheres negras representam 9,3% dos quadros das 500 maiores companhias do Brasil, mas estão presentes apenas em 0,4% dos altos cargos. Ela espera que as empresas fiquem constrangidas diante do resultado da pesquisa e que isso possa levar a uma mudança de comportamento. "A gente tem um problema para resolver enquanto não mudar a cultura da empresa". Na pesquisa, das 155 entrevistadas, pelo menos 40 mulheres falaram das mesmas empresas e o nome de 16 dessas companhias se repetiu nas citações.



**Itatuba Participações Ltda. - CNPJ 02.295.473/0001-99**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021** (Valores expressos em reais)

(Decretos ou Portarias de Lavra), tituladas à Embu S.A.; Licenças ambientais de operação vigentes, regularmente emitidas pelo órgão estadual de meio ambiente (CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo); • Reservas minerais lavráveis, liberadas e acessíveis via procedimentos, processos e meios de extração compatíveis com as escalas de produção (projetos, equipamentos, expertise, mercado consumidor), com qualidade compatível às exigências de mercado para os produtos beneficiados dela originados, cujo montante cubado está suportado por projeto de lavra tecnicamente auditável; e • Projetos de lavra tecnicamente desenvolvidos para cada uma das jazidas, suas respectivas escalas de produção e demanda atual do mercado consumidor, com recursos de software de modelagem geológica e planejamento de lavra Datamine Studio 3, suportado por estudos geológicos, trabalhos de topografia e parâmetros de engenharia compatíveis. **Vida útil dos ativos:** a Companhia estima a vida útil dos seus ativos de acordo com os seguintes fatores: • Uso esperado com base na capacidade ou produção física esperada do ativo; • Desgaste físico normal esperado, como o número de turnos, e os reparos e manutenção quando estiver ocioso; e • Obsolescência técnica ou comercial devido a mudanças ou melhorias na produção, ou de mudança na demanda do mercado para outros produtos.

**10. Fornecedores:**

Descrição	Vidas úteis estimadas (em meses)	
	2022	2021
Equipamentos industriais de produção	80	125
Equipamentos auxiliares	120	120
Equipamentos industriais elétricos	120	120
Veículos	60	60
Móveis e utensílios	120	120
Instalações	120	120
<b>Total</b>	<b>1.200</b>	<b>1.200</b>

**11. Financiamentos:**

Descrição	Consolidado	
	2022	2021
Insumos	17.128.673	10.020.107
Materiais de consumo	1.174.494	1.004.345
Fretes e carretos	13.631	541.716
Serviços de terceiros	2.801.566	1.792.638
Outros (II)	540.401	932.782
<b>Total</b>	<b>21.658.765</b>	<b>14.291.588</b>

**12. Arrendamentos (consolidado):** Os valores registrados sobre as rubricas de direito de uso e arrendamentos estão em conformidade com a norma contábil NBC TG 06/R3 Arrendamentos e se referem substancialmente a: Valores referentes a contratos de, (I) contrato de direito de uso de área para desenvolvimento das operações de lavra, beneficiamento e estocagem de produtos, no Município de Itupeva - SP; (II) contrato de direitos minerais para exploração de lavra visando produção de pedra britada e seus subprodutos, no Município de Paraiibuna - SP; e (III) contrato de locação de imóvel para fins administrativos, no Município de São Paulo - SP.

**a) Direito de uso:**

Descrição	Saldos em 31/12/2021		Saldos em 31/12/2022	
	2021	2022	2022	2021
Saldo inicial	43.924.699	25.398.275	17.088.062	27.496.962
Novos financiamentos	17.088.062	27.496.962	(10.910.926)	(8.970.538)
Pagamento de financiamentos e juros	(10.910.926)	(8.970.538)	50.101.835	43.924.699
<b>Total</b>	<b>49.099.835</b>	<b>43.924.699</b>	<b>23.177.136</b>	<b>18.526.424</b>

**b) Arrendamentos:**

Descrição	Taxa de desconto incremental (ao ano)	Vencimento dos contratos	Prazo médio ponderado de vencimento (anos)	Valor presente		Valor presente não circulante	
				31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Natureza do contrato							
Imóvel Matriz	4,50%	mai/23	3,5	189.496	189.496	-	-
Pedreira Viracopos	4,50%	set/25	6,9	604.347	1.100.083	1.704.430	1.704.430
Pedreira Paraiibuna	4,50%	mar/28	8,3	212.758	1.042.789	1.255.547	1.255.547
<b>Total</b>				<b>1.006.601</b>	<b>2.142.872</b>	<b>3.149.473</b>	<b>3.149.473</b>

**13. Dividendos:**

Descrição	2022		2021	
	2022	2021	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro de 2021	953.502	953.502	10.557.029	10.557.029
Constituição de reserva de dividendos a receber	-	-	(8.544.250)	(8.544.250)
Dividendos recebidos	2.966.281	2.966.281	15.416.551	15.416.551
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.415.533	1.415.533	14.429.330	14.429.330
Constituição de reserva de dividendos a receber	-	-	(3.945.430)	(3.945.430)
Dividendos recebidos	3.945.430	3.945.430	11.185.785	11.185.785
Saldo em 1º de janeiro de 2022	10.543.468	10.543.468	11.357.813	11.357.813
Constituição de reserva de dividendos a pagar	10.001.924	10.001.924	(17.606.819)	(17.606.819)
Dividendos pagos	(2.938.573)	(2.938.573)	4.936.779	4.936.779
Constituição de reserva de dividendos a pagar	13.946.385	13.946.385	14.537.862	14.537.862
Dividendos pagos	(12.907.954)	(12.907.954)	(184.899)	(184.899)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.977.004	3.977.004	6.566.887	6.566.887
<b>Total</b>	<b>32.143</b>	<b>33.656</b>	<b>7.119.110</b>	<b>6.131.055</b>

**14. Obrigações trabalhistas:**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
INSS	5.004	4.705	1.164.156	1.047.007
FGTS	1.387	1.307	359.424	236.897
Férias	13.669	12.795	4.111.396	3.558.417
INSS sobre férias	-	2.582	1.142.465	947.699
FGTS sobre férias	-	756	327.811	324.491
Outros	12.083	11.511	13.858	18.545
<b>Total</b>	<b>32.143</b>	<b>33.656</b>	<b>7.119.110</b>	<b>6.131.055</b>

**A Diretoria**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia

**Contador: Walter Rolando Pigatti - CRC 1SP 079145/O-8**

**Grant Thornton**  
**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**  
CRC 2SP-025.583/O-1

**Emerson Del Vale da Silva**  
Contador CRC 1SP-237.439/O-9

O Diário Comercial oferece o melhor custo benefício do mercado para publicações legais, como: Atas, Avisos, Balanços, Comunicados, Editais e Fatos Relevantes.

Com atendimento ágil e personalizado é o veículo adequado ao público do setor financeiro.

www.diariocomercial.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 2BAE-033E-AA47-A700.

ENGECORPS

ENGE CORP S ENGENHARIA S/A

CNPJ/MF nº 62.025.440/0001-50

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)				Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em reais)				Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em reais)							
ATIVO	Notas	2022	2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Notas		2022		2021		2022		2021	
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>				<b>Receita líquida de vendas</b>	17	74.778.899	56.890.072	<b>Das atividades operacionais</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.246.283	5.525.538	Fornecedores de serviços e materiais	12	1.802.909	1.060.873	Custo dos serviços prestados		(45.471.256)	(37.488.765)	Lucro líquido antes do imposto de renda		11.771.270	3.979.493
Contas a receber de clientes	5	15.413.574	13.409.674	Financiamentos a pagar	13	393.051	-	Receitas (despesas) operacionais:				Lucro líquido após o imposto de renda		11.771.270	3.979.493
Partes relacionadas	7	1.753.791	622.780	Partes relacionadas	7	74.548	1.100.290	Operacionais:				Lucro líquido antes do imposto de renda		11.771.270	3.979.493
Tributos a recuperar	6	299.873	781.298	Obrigações tributárias	14	2.712.592	783.227	Com pessoal		(3.166.803)	(10.342.917)	Ajustes de exercícios anteriores líquido de imposto diferido		-	-
Despesas antecipadas	8	1.505.702	1.327.198	Obrigações trabalhistas	14	1.259.672	1.246.296	Administrativas		(13.925.144)	(13.080.106)	Depreciação e amortização de ativo imobilizado e intangível		1.071.630	746.612
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>29.219.133</b>	<b>21.666.488</b>	Contas a pagar	-	170.022	-	Depreciações e amortizações		(1.071.630)	(746.130)	Aumento/(Redução) de provisão para crédito de liquidação duvidosa		473.306	(71.931)
<b>Ativo não circulante</b>				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>6.412.793</b>	<b>4.785.802</b>	Outras receitas/(despesas) operacionais		(39.374)	(1.347.892)	Aumento/(Redução) de provisões sobre serviços de gerenciamento de obras		159.723	1.009.362
Depósitos judiciais	9	69.558	63.993	Financiamentos a pagar	13	721.185	-	Tributárias		(54.746)	(158.528)	Aumento/(Redução) de provisões para provisões para contingências		583.770	693.094
Impostos diferidos	19	595.037	106.049	Provisões para contingências	15	1.276.802	693.094	Ajustes de exercícios anteriores líquido de imposto diferido		(241.529)	(150.217)	Operações com partes relacionadas		129.693	111.623
<b>Total do ativo</b>		<b>31.930.345</b>	<b>22.661.177</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.997.987</b>	<b>693.094</b>	<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>11.128.694</b>	<b>3.925.834</b>	<b>Decrecimento/(acréscimo) em ativos</b>			
Imobilizado líquido	10	1.590.131	350.514	<b>Patrimônio líquido</b>				Despesas financeiras		584.145	203.876	Contas a receber de clientes		(2.636.929)	(3.548.206)
Intangível líquido	11	456.486	474.133	Capital social	16.1	12.000.000	12.000.000	Reservas financeiras		3.262.740	2.216.033	Tributos a recuperar		481.515	532.593
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>2.046.617</b>	<b>824.647</b>	Reserva legal	16.3	1.134.583	710.986	Reserva de lucros		(215.719)	(150.217)	Outros créditos		(178.504)	(868.790)
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>2.711.212</b>	<b>994.689</b>	Reserva de lucros	-	-	-	<b>Total</b>		<b>642.576</b>	<b>53.659</b>	Depósitos judiciais		(5.565)	6.318
<b>Total do ativo</b>		<b>31.930.345</b>	<b>22.661.177</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>31.930.345</b>	<b>22.661.177</b>					<b>(Decréscimo)/acréscimo em passivos</b>			
												Fornecedores de serviços e materiais		742.036	304.092
												Obrigações trabalhistas		602.360	(243.053)
												Obrigações trabalhistas		119.376	(158.963)
												Contas a pagar		(423.095)	321.507
												<b>Caixa provenientes das atividades operacionais</b>		<b>12.782.524</b>	<b>2.814.149</b>
												Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.225.662)	(1.016.404)
												<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>10.556.862</b>	<b>1.797.745</b>
												<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
												Adições no ativo imobilizado e intangível		(2.293.600)	(698.185)
												Vendas no ativo imobilizado e intangível		-	55.568
												Operações com partes relacionadas		(1.131.011)	211.502
												<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(3.424.611)</b>	<b>(431.115)</b>
												<b>Das atividades de financiamento com terceiros</b>			
												Captação líquida de financiamentos		1.114.236	-
												<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimento com terceiros</b>		<b>1.114.236</b>	-
												<b>Das atividades de financiamento com acionistas</b>			
												Operações com partes relacionadas		(1.025.742)	1.020.275
												Distribuição de lucros		(2.500.000)	(1.300.000)
												<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento com acionistas</b>		<b>(3.525.742)</b>	<b>(279.725)</b>
												<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>4.720.745</b>	<b>1.086.905</b>
												<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			
												No início do exercício		5.525.538	4.438.633
												No final do exercício		10.246.283	5.525.538
												<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>4.720.745</b>	<b>1.086.905</b>

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em reais)				
Saldos em 31 de dezembro de 2020	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros
Lucro líquido do exercício	-	12.000.000	587.918	15.886.880
Destinação do lucro para reserva legal	16.3	-	-	(2.461.353)
Ajustes exercícios anteriores (Lei do Bem 2020)	-	-	-	159.462
Distribuição de lucros	16.2	-	-	(1.300.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	-	<b>12.000.000</b>	<b>710.986</b>	<b>4.471.295</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.471.939
Destinação do lucro para reserva legal	16.3	-	423.597	(423.597)
Outros exercícios anteriores	-	-	-	365.345
Distribuição de lucros	16.2	-	-	(2.500.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	-	<b>12.000.000</b>	<b>1.134.583</b>	<b>10.394.982</b>

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (valores expressos em reais)

1. Informações sobre a Companhia: A Engecorp Engenharia S/A, com sede na Alameda Tocantins, 125 - Alphaville, Barueri - SP, foi constituída em 30 de março de 2020. O objetivo da Companhia é a prestação de serviços de engenharia consultiva voltada para prestação de serviços de consultoria relacionados à elaboração de estudos e projetos, avaliação de ativos e assessoria técnica, além de gerenciamento e fiscalização de empreendimentos em suas diversas fases de implantação. 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: As presentes demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (que incluem todas as informações relevantes correspondentes às utilizadas na gestão da Companhia) foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 17 de fevereiro de 2023. 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas (CPC PME). 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. 2.4. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis em exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia, no processo de aplicação das políticas contábeis. Dessa forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e pressupostos são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre incertezas, pressupostos e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas, principalmente, nas notas explicativas: • Nota explicativa nº 5 - Venda no valor recuperável de contas a receber; • Nota explicativa nº 10 - Vida útil dos ativos e depreciação; • Nota explicativa nº 15 - Provisão para contingências; • Nota explicativa nº 19 - Imposto de renda e contribuição social (contenidos nos itens 3. Resumo das principais políticas contábeis: 3.1. Ativos e passivos financeiros: Ativos financeiros: Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); (ii) custo amortizado; e (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da entidade, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de "somente P&I", ou seja, fluxos de caixa que constituem exclusivamente pagamentos de principal e ganhos e perdas por impairment. As receitas de juros e ganhos e perdas por impairment são reconhecidas no resultado. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando não atende aos critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descaimento contábil. Os ativos financeiros derivativos estão contemplados nesta categoria. O resultado, incluindo juros ou receitas de dividendos, é reconhecido no resultado. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado. Custo amortizado: São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido de custos de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Os passivos financeiros são, por padrão, mensurados ao custo amortizado, exceto: (i) contratos de garantia financeira; (ii) compromissos de ceder empréstimos com taxa de juros abaixo do mercado, (iii) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para o desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável. Um passivo financeiro será mensurado ao valor justo por meio de resultado, quando eliminar e/ou reduzir de forma significativa o descaimento contábil ou se o grupo passivo ser gerenciado ao valor justo. 3.2. Avaliação de caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa (e despesas) é apurado de acordo com o princípio da competência de exercício. 3.3. Prestação de serviços de longa duração: Na prestação de serviços correspondentes ao desenvolvimento e gestão de projetos e serviços de engenharia, vinculados a contratos de longa duração, o resultado de acordo com o pronunciamento técnico CPC PME sessão 23 - O custo incorrido dos projetos é apropriado integralmente ao resultado; • A receita é reconhecida com base em medições dos serviços já executados. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre serviços. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. 3.4. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira: A moeda funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real - R\$) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização destes ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos nas respectivas contas do resultado. 3.5. Caixa e equivalente de caixa: Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". 3.6. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, e segregados entre circulante e não circulante de acordo com o prazo de vencimento. As perdas estimadas com créditos são constituídas com base na análise de duplicatas e valores a receber de clientes, em montante julgado suficiente para a realização dos créditos. Os custos de sua realização, são o custo de transação efetivos da Administração (perda esperada), representados basicamente pela análise individualizada das contas a receber em atraso. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência pela diretoria. Para situações em que são identificados riscos de realização, são provisionados os montantes integrais dos débitos em atraso. 3.7. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: (i) custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no lugar e condição para uso; e (iii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no lugar e condição para uso, exceto os custos sejam capazes de operar de forma prolongada pela administração; (iii) os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados. Os softwares comprados, que fazem parte integrante da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte daquele equipamento. Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. Custos subsequentes: O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repositado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Depreciação: A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada

#### Relatório do auditor independente

devidor de transparência e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidade da diretoria sobre as demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas - PME e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará todas as distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em reais)			
Notas	2022	2021	
Receita líquida de vendas	17	74.778.899	56.890.072
Custo dos serviços prestados		(45.471.256)	(37.488.765)
<b>Lucro bruto</b>		<b>29.307.643</b>	<b>19.401.307</b>
Receitas/(despesas) operacionais:			
Com pessoal		(3.166.803)	(10.342.917)
Administrativas		(13.925.144)	(13.080.106)
Depreciações e amortizações		(1.071.630)	(746.130)
Tributárias		(54.746)	(158.528)
Outras receitas/(despesas) operacionais		39.374	(1.347.892)
<b>Total</b>	18	<b>(18.178.949)</b>	<b>(15.475.473)</b>
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>11.128.694</b>	<b>3.925.834</b>
Despesas financeiras		(584.145)	(203.876)
Reservas financeiras		(241.529)	(150.217)
<b>Total</b>		<b>642.576</b>	<b>53.659</b>
<b>Lucro antes da provisão para o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido</b>		<b>11.771.270</b>	<b>3.979.493</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	(3.552.667)	(1.016.404)
Imposto de renda e contribuição social diferido	19	(253.336)	(501.736)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>8.471.939</b>	<b>2.461.353</b>

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em reais)			
Notas	2022	2021	
Lucro líquido do exercício		8.471.939	2.461.353
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>8.471.939</b>	<b>2.461.353</b>

As operações com partes relacionadas referem-se a operações de subcontratação de serviços de engenharia, executados substancialmente pela TECNICA E PROJETO S/A, e pela Rauros S.A., que são efetuadas em condições normais de mercado e acordadas entre as partes.

#### Despesas antecipadas:

Descrição	2022	2021	
Retenções e garantias contratuais (I)	847.572	464.281	
Adiantamento a funcionários	30.245	20.326	
Adiantamento a terceiros (Consórcios de empresas)	8.489	68.724	
Despesas antecipadas com Seguros	619.396	773.867	
<b>Total</b>	<b>1.505.702</b>	<b>1.327.198</b>	

(I) Referem-se substancialmente a retenções e garantias contratuais com clientes, que serão recebidas em até 12 meses.

#### Depósitos judiciais

Descrição	2022	2021	
Processos trabalhistas	48.094	48.094	
Depósitos caucionados	21.464	15.989	
<b>Total</b>	<b>69.558</b>	<b>63.993</b>	

#### Imobilizado líquido:

10.1. Posição patrimonial:		2022	2021		
% - Taxa anual de depreciação					
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido	
Máquinas e Equipamentos	10%	25.530	(6.478)	19.052	178
Móveis e Utensílios	10%	661.639	(620.579)	41.060	35.737
Equipamentos de Informática	20%	2.782.849	(1.263.193)	1.519.656	264.734
Equipamentos de comunicação	20%	32.706	(32.706)	-	-
Veículos	20%	68.600	(68.600)	-	-
Benefícios em Vigência em contrato		184.831	(174.468)	10.363	49.865
<b>Total</b>		<b>3.076.155</b>	<b>(2.166.024)</b>	<b>1.590.131</b>	<b>350.514</b>

10.2. Movimentação do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2022				
Descrição	2021	Adições	Do Período	2022
Máquinas e Equipamentos	178	19.516	(642)	19.052
Móveis e Utensílios	35.737	22.054	(16.731)	41.060
Equipamentos de Informática	264.734	1.545.536	(290.614)	1.519.656
Benefícios em imóveis de terceiros	49.865	(39.502)	(10.363)	0
<b>Total</b>	<b>350.514</b>	<b>1.587.106</b>	<b>(347.489)</b>	<b>1.590.131</b>

#### 10.3. Movimentação do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2021

Descrição	2020	Adições	Do Período	2021
Máquinas e Equipamentos	267	-	(89)	178
Móveis e Utensílios	70.925			



SERVIÇOS FINANCEIROS



BANCO GM S.A.
CNPJ nº 59.274.605/0001-13

NOVA MONTANA

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Gerenciamento de Riscos Corporativos

Em conformidade com nossas políticas Internas, conjuntamente com as diretrizes estabelecidas pela nossa matriz em Fort Worth, Texas - USA, o Banco GM S.A., possui estrutura de gestão de riscos voltada para as melhores práticas internacionais e atendimento das exigências dos agentes reguladores locais.

Balancos Patrimoniais

LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

Table with columns: Ativo, Circulante, Caixa e Equivalentes de Caixa, Instrumentos Financeiros, etc. Rows include various asset categories and their values for Dec/2022 and Dec/2021.

Table with columns: Passivo, Circulante, Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros, etc. Rows include various liability categories and their values for Dec/2022 and Dec/2021.

Demonstrações do Resultado

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais, exceto o resultado líquido por ação)

Table showing income statement items: Receitas de Intermediação Financeira, Despesas da Intermediação Financeira, Resultado Líquido do Período, etc.

Demonstrações do Resultado Abrangente

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

Table showing comprehensive income statement items: Resultado Líquido do Período, Resultado Abrangente do Período, etc.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

Table showing cash flow statement items: Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos, Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento, etc.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

Table showing changes in equity components: Capital Social, Reserva de Lucros, Lucros Acumulados, etc.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco GM S.A., com sede administrativa na Avenida Indianópolis, nº 3.096, São Paulo-SP, Brasil, é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras de crédito, financiamento, investimento e arrendamento mercantil.

2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN.

Table with columns: Ativo, Circulante, Caixa e Equivalentes de Caixa, Instrumentos Financeiros, etc. Rows include various asset categories and their values for Dec/21.

Table with columns: Passivo, Circulante, Obrigações Fiscais Correntes, etc. Rows include various liability categories and their values for Dec/21.

Table showing detailed cash flow breakdown: Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos, Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento, etc.

Alterações na apresentação das Demonstrações Financeiras

Com o objetivo de melhorar a divulgação das informações contábeis aos usuários e para obter maior similaridade com as resoluções emitidas pelo Banco Central do Brasil e as classificações COSIF, o Banco optou por realizar alterações no modo em que são apresentadas as Demonstrações Financeiras, representando-as a partir de 30 de junho de 2022.





SERVIÇOS  
FINANCEIROS

EQUINOX

**BANCO GM S.A.**  
CNPJ nº 59.274.605/0001-13

\* continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
(Em milhares de reais)

c) Origem dos ativos fiscais diferidos:

	Dez/2022		Dez/2021	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL	79.624	-	79.624	-
<b>Adições temporárias:</b>				
Provisão para Perdas Esperadas				
Associadas ao Risco de Crédito	164.409	131.527	133.698	106.598
Provisão Para Riscos Fiscais	194.304	155.130	188.555	150.531
Insuficiência de Depreciação	4.705	-	4.773	-
Outras Adições Temporárias (i)	14.535	11.628	15.437	12.349
<b>Total de Créditos Tributários IRPJ e CSLL</b>	<b>457.577</b>	<b>298.285</b>	<b>422.067</b>	<b>269.838</b>
<b>Total de Créditos Tributários</b>	<b>755.862</b>	-	<b>691.925</b>	-

(i) Referem-se substancialmente a adições temporárias sobre provisões para riscos cíveis e trabalhistas e pagamentos de PLR.

d) Realização/valor presente dos créditos tributários ativos de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2022

	IR		CS		Valor Contábil	Valor Presente
	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal		
2023	59.821	-	47.826	-	107.647	94.719
2024	127.142	-	98.287	-	225.429	176.263
2025	90.950	-	72.140	-	163.090	114.147
2026	95.788	-	76.630	-	172.418	107.296
2027	345	4.521	-	276	5.142	2.837
2028	331	18.629	-	265	19.225	9.428
2029	481	19.800	-	385	20.800	9.025
2030	312	19.236	-	250	19.798	7.634
2031	241	17.304	-	193	17.738	6.067
2032	2.542	-	2.033	-	4.575	1.391
<b>Total</b>	<b>377.953</b>	<b>79.624</b>	<b>298.285</b>	-	<b>755.862</b>	<b>528.834</b>

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$ 528.834 (R\$ 544.020 em 31 de dezembro de 2021), calculado com base na taxa Selic projetada para os períodos de realização correspondentes, de acordo com a expectativa de realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias do Banco e indicadores econômico-financeiros.

Os créditos tributários foram avaliados para fins de realização tomando-se em consideração a projeção de lucros tributáveis futuros.

e) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

Créditos Tributários	Constituições (Realizações) Líquidas		Dez/2022
	Dez/2021	Dez/2021	
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:</b>			
Provisões para Riscos Fiscais	339.086	10.347	349.433
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito			
Sobre Insuficiência	240.656	55.280	295.936
Outras Adições Temporárias	4.774	(67)	4.707
<b>Total de Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>612.300</b>	<b>63.938</b>	<b>676.238</b>
Créditos de Prejuízo Fiscal	79.624	-	79.624
<b>Total de Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>79.624</b>	-	<b>79.624</b>
<b>Total de Créditos Tributários</b>	<b>691.924</b>	<b>63.938</b>	<b>755.862</b>
<b>Obrigações Fiscais Diferidas</b>			
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Sobre:</b>			
Total das Obrigações Fiscais Diferidas Sobre Diferenças Temporárias	(210.181)	(9.652)	(219.833)
<b>Total de Créditos Tributários Sobre Diferenças Temporárias (nota 14)</b>	<b>(210.181)</b>	<b>(9.652)</b>	<b>(219.833)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>481.744</b>	<b>54.286</b>	<b>536.029</b>

Créditos Tributários	Constituições (Realizações) Líquidas		Dez/2021
	Dez/2020	Dez/2021	
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:</b>			
Provisões para Riscos Fiscais	338.809	277	339.086
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito			
Sobre Insuficiência	194.144	46.512	240.656
Outras Adições Temporárias	5.529	(755)	4.774
<b>Total de Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>565.605</b>	<b>46.695</b>	<b>612.300</b>
Créditos de Prejuízo Fiscal	81.434	(1.810)	79.624
<b>Total de Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>81.434</b>	<b>(1.810)</b>	<b>79.624</b>
<b>Total de Créditos Tributários</b>	<b>647.039</b>	<b>44.885</b>	<b>691.924</b>
<b>Obrigações Fiscais Diferidas</b>			
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Sobre:</b>			
Total das Obrigações Fiscais Diferidas Sobre Diferenças Temporárias	(206.004)	(4.176)	(210.180)
<b>Total de Créditos Tributários Sobre Diferenças Temporárias (Nota 14)</b>	<b>(206.004)</b>	<b>(4.176)</b>	<b>(210.180)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>441.035</b>	<b>40.709</b>	<b>481.744</b>

**13. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

	Dez/2022	Dez/2021
	Valores a Repassar a Seguradoras	10.085
Credores Diversos - País	24.345	13.246
Valores a Pagar de Pessoal	50.356	41.518
Valor a Pagar de Sociedades Ligadas (nota 24e)	34.265	61.542
Valores a Pagar de Fornecedores Diversos	18.825	25.021
Obrigações por Operações de Venda e Transferência de Ativos de Crédito (nota 7) (i)	392.331	326.008
<b>Total</b>	<b>530.207</b>	<b>476.280</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>247.007</b>	<b>432.660</b>
<b>Passivo não Circulante</b>	<b>283.200</b>	<b>43.620</b>
	<b>530.207</b>	<b>476.280</b>

(i) Refere-se ao passivo das cessões de crédito de operações de varejo no montante de R\$ 35.239 (R\$ 150.219 em 31 de dezembro de 2021) e FIDC no montante R\$ 357.092 (R\$ 175.789 em 31 de dezembro de 2021), conforme nota 7i.

**14. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS**

	Dez/2022	Dez/2021
	Outros Impostos Indiretos a Pagar	18.751
Provisão Para Imposto Sobre o Lucro Corrente - IRPJ e CSLL	23.445	36.449
Provisão Para Imposto Diferido Sobre Atualização de Depósitos Judiciais (nota 12e)	219.833	210.181
<b>Total</b>	<b>262.029</b>	<b>262.407</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>42.196</b>	<b>52.226</b>
<b>Passivo não Circulante</b>	<b>219.833</b>	<b>210.181</b>
	<b>262.029</b>	<b>262.407</b>

**15. PROVISÃO PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS**

a) Composição de provisão para riscos e obrigações legais

	Dez/2022	Dez/2021
	Provisões para Riscos Cíveis	13.788
Provisões para Riscos Fiscais	828.379	807.183
Provisões para Riscos Trabalhistas	14.300	20.184
<b>Total</b>	<b>856.467</b>	<b>844.746</b>

b) Movimentação de provisões para riscos e obrigações legais

	Dez/2022		Dez/2021	
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
<b>Saldo no Início do Período</b>	<b>807.183</b>	<b>20.184</b>	<b>17.379</b>	<b>844.746</b>
Constituições (Reversões) Líquidas do Período	42.353	(5.884)	(3.591)	32.878
Valores Pagos no Período	(21.157)	-	-	(21.157)
<b>Saldo no Final do Período</b>	<b>828.379</b>	<b>14.300</b>	<b>13.788</b>	<b>856.467</b>

	Dez/2022		Dez/2021	
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
<b>Saldo no Início do Período</b>	<b>806.648</b>	<b>21.656</b>	<b>17.425</b>	<b>845.729</b>
Constituições (Reversões) Líquidas do Período	7.157	920	5.042	13.119
Valores Pagos no Período	(6.622)	(2.392)	(5.088)	(14.102)
<b>Saldo no Final do Período</b>	<b>807.183</b>	<b>20.184</b>	<b>17.379</b>	<b>844.746</b>

Obrigações Legais: CSLL - as principais teses em discussão são: (a) ação que discute os valores pagos a título de CSLL nos anos-base de 1992 a 1996 (novembro de 1996) por ser empresa não empregadora; (b) mandato de segurança impetrado para afastar a exigência da CSLL a partir de dezembro de 1996, por ser empresa não empregadora; (c) mandato de segurança impetrado para garantir o direito de recolher a CSLL nos anos-base 1994 e 1995 a alíquota de 10%, afastando com isso, a incidência de Emenda Constitucional de Revisão nº 01/94, que instituiu para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 30%, o que fere o princípio da isonomia; e (d) mandato de segurança para assegurar ao Banco o direito de recolher a CSLL no ano-base 1996 à alíquota de 8%, afastando, dessa maneira, a incidência da Lei nº 9.246/95, a qual instituiu alíquota diferenciada de 18% para as instituições financeiras, o que fere o princípio da isonomia.

PIS/COFINS - as principais teses em discussão são: (a) mandato de segurança impetrado para afastar a exigência de PIS/COFINS por ser o Banco empresa não empregadora a partir de dezembro de 1996; (b) mandato de segurança impetrado para garantir ao Banco o direito de recolher o PIS/COFINS sobre a receita de serviços, afastando com isso, a base de cálculo imposta pela Lei nº 9.718/98, que equiparou o faturamento à totalidade das receitas auferidas.

Riscos trabalhistas São ações movidas principalmente por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base na jurisprudência e no histórico de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação.

Riscos cíveis São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desdobro financeiro. As ações são controladas individualmente e as indenizações são provisionadas de acordo com a avaliação de risco/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

c) Resumo de passivos contingentes - causas classificadas como possíveis:

	Dez/2022		Dez/2021	
	Quantidade de Processos	Montante (R\$)	Quantidade de Processos	Montante (R\$)
Cíveis	840	19.724	951	22.848
Trabalhista	14	2.463	15	2.843
Fiscais	263	212.851	284	195.637
<b>Total</b>	<b>1.117</b>	<b>235.038</b>	<b>1.250</b>	<b>221.328</b>

**16. VENDAS ANTECIPADAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Refere-se a recebimento antecipado de receita de campanha (equalização de taxa de juros) relativa às operações de crédito e arrendamento mercantil, no montante de R\$ 33.489 (R\$ 43.716 em 31 de dezembro de 2021), conforme nota 24e, as quais são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo contratual das respectivas operações na rubrica de "Receitas com Operações de Crédito" no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram reconhecidos resultados de R\$ 133.002 (R\$ 99.846 em 31 de dezembro de 2021).

**17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a) Capital Social  
O Capital Social está representado por 1.141.401 (mesma quantidade em 31 de dezembro de 2021), expresso no montante de R\$ 2.416.479 (R\$ 2.416.479 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$ 2.416.470 de domiciliados no país (R\$ 2.416.470 em 31 de dezembro de 2021) e R\$ 9 de domiciliados no exterior (R\$ 9 em 31 de dezembro de 2021).  
b) Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio  
No exercício de 2022 foram pagos R\$ 124.170 a título de juros sobre capital próprio, sendo o montante de R\$ 54.917 referente ao segundo semestre de 2021 e R\$ 69.253 ao segundo semestre de 2022. Não foram distribuídos dividendos no exercício de 2022 (R\$ 111.834 de dividendos distribuídos no exercício de 2021, devidamente deliberados e aprovados pela Administração, dentro do limite permitido pelo Banco Central).  
c) Reservas de Lucros  
A reserva legal é constituída a 5% do lucro do exercício, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital social realizado ou 30% do total das reservas de capital e legal. O saldo de reservas de lucros em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 362.860 (R\$ 252.005 em 31 de dezembro de 2021).

**18. RENDAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foram reconhecidas, no resultado, receitas de operações de crédito, conforme demonstrado:

	Dez/2022	Dez/2021
	Rendas de Empréstimos	5.786
Rendas de Financiamentos	1.250.896	1.199.312
Serviços de Cartões	1.256.686	1.205.567
<b>Total</b>	<b>2.513.368</b>	<b>2.411.134</b>

**19. DESPESA DE PESSOAL**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foram reconhecidas "Despesas com Pessoal", conforme demonstrado:

	Dez/2022	Dez/2021
	Despesas com Proventos	(90.664)
Despesas com Encargos Sociais	(36.432)	(32.502)
Despesas de Benefícios	(30.110)	(26.792)
Outras Despesas de Pessoal	(425)	(190)
<b>Total</b>	<b>(157.631)</b>	<b>(142.120)</b>

**20. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

A rubrica "Outras despesas administrativas" apresentava a seguinte composição nos períodos:

	Dez/2022	Dez/2021
	<b>Recorrente</b>	<b>(289.271)</b>
Comissões Pagas às Concessionárias	(128.250)	(122.865)
Serviços Técnicos Especializados	(37.511)	(34.712)
Sistemas de Processamento de Dados	(24.885)	(22.339)
Serviços de Terceiros	(23.050)	(18.974)
Despesas com Sistema Financeiro	(22.302)	(28.538)
Despesas Tributárias Administrativas	(5.423)	(1.986)
Outras	(16.710)	(9.602)
Propaganda e Publicidade	(20.824)	(13.677)
Amortizações e Depreciações	(4.557)	(4.471)
Sistemas de Comunicação	(3.526)	(3.895)
Emolumentos cartoriais	(830)	(3.215)
Seguros	(1.412)	(995)
<b>Total</b>	<b>(289.271)</b>	<b>(263.269)</b>

**21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS**

A rubrica "Outras receitas operacionais" apresentava a seguinte composição nos períodos:

	Dez/2022	Dez/2021
	<b>Recorrente</b>	<b>206.272</b>
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	62.800	54.868
Receita de Atualização Monetária de Depósitos Judiciais e Impostos a Compensar	53.817	19.285
Reversão de Provisão Fiscal	21.811	15.044
Recuperação de Despesas	33.387	27.876
Reversão de Provisão para Contingências Cíveis e Trabalhistas	11.986	6.519
Resultado na Venda de Bens não de Uso Próprio	7.599	7.881
Reversão de Provisão Operacional	6.198	798
Outras Receitas Operacionais	3.674	-
<b>Total</b>	<b>206.272</b>	<b>132.271</b>

**22. DESPESA COM PROVISÕES E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**

As rubricas "Outras despesas operacionais" e "Despesas com Provisões" apresentam a seguinte composição:

	Dez/2022	Dez/2021
	<b>Recorrente</b>	<b>(98.654)</b>
Atualizações Monetárias de Contingências Fiscais	(19.360)	(14.908)
Despesa com Provisões Fiscais	(44.804)	(15.663)
Juros e Multas	(211)	(78)
Juros e Cobrança	(22.511)	(17.079)
Despesa com Indenizações	(7.308)	(5.717)
Provisões Cíveis e Trabalhistas	(2.511)	(5.001)
Incentivos Culturais	(438)	(3.220)
Outras Despesas Operacionais	(1.411)	(5.686)
<b>Total</b>	<b>(98.654)</b>	<b>(67.347)</b>

**23. DESPESAS TRIBUTÁRIAS**

A rubrica "Despesas Tributárias" apresenta a seguinte composição:

</
----



Track & Field

TRACK & FIELD CO S.A.
CNPJ: 59.418.806/0001-47

Demonstrações Financeiras 2022

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO
2022 foi mais um ano de forte crescimento para a Track&Field, refletindo a consolidação de mudanças estruturais no comportamento do consumidor, com um maior engajamento na direção de um estilo de vida ativo e saudável, além de uma crescente procura por roupas mais confortáveis. Nesse contexto, com uma marca bem posicionada, produtos com estilo e qualidade, fomos mais uma vez impactados positivamente pelo aumento do nosso mercado endereçável. Além de condições de mercado favoráveis, o ano de 2022 foi também marcado pela aceleração da adoção de diversas estratégias que alavancaram o nosso ecossistema de bem-estar e impulsionaram a nossa performance. Uma das nossas maiores conquistas em 2022 foi a consolidação da nossa primeira onda de omnicanalidade. Desde o início da pandemia, o nosso foco tem sido na modalidade de ship from store, buscando capturar vendas digitais, mas com o faturamento na loja onde o produto está disponível mais próximo do cliente. Com isso, passamos a atender o consumidor de forma mais ágil e com um menor custo de frete. No 4T22, 74% das vendas capturadas pelo e-commerce já foram faturadas por lojas físicas, tanto próprias, quanto franquias. Essa conquista foi ainda mais relevante considerando que 87% da nossa base de lojas ao final de 2022 era composta por franquias. Com os incentivos corretos, os nossos franqueados passaram a enxergar o canal e-commerce não mais como uma loja própria concorrente, mas sim como um canal para geração de negócios para toda a rede. Outra iniciativa estratégica extremamente relevante foi a continuidade do programa de revitalização da rede. Após a primeira avaliação da loja no conceito Experience no Shopping Iguatemi no 4T21, em 2022 demos continuidade ao processo de remodelagem de lojas para este novo conceito, com a reforma de 6 lojas próprias e 6 franquias. Em adição às reformas, todas as 35 novas lojas abertas ao longo do ano já foram inauguradas com esse novo formato. Os benefícios para os clientes e para operação são vários, não só em função de uma atmosfera mais moderna, mas também decorrente de uma maior eficiência na exposição de determinadas categorias, aumento do cross selling e da possibilidade de trazer o nosso ecossistema de eventos e experiências para dentro da loja física. Outro destaque deste novo modelo é o TFC Food & Market, um laboratório para entendermos melhor um mercado de alto potencial de alimentação saudável e suplementação, novo canal para gerar fluxo adicional para as lojas, experimentação de produtos relacionados ao estilo de vida ativo e saudável e a promoção de eventos com nossos clientes e treinadores. O nosso e-commerce em 2022 passou também por muita transformação. Focamos na melhoria da experiência do cliente, por meio da atualização da plataforma, avanços em navegação, troca de fotos, inserção de conteúdo, entre outras iniciativas. Também investimos em ações para aumentar a busca orgânica (SEO) e para melhorarmos a alocação de mídia digital. Os primeiros resultados dessas iniciativas já apareceram na performance deste canal no 4T22, com um crescimento de 56,3% YoY. Sob o ponto de vista de produtos, tivemos uma excelente receptividade das coleções de verão e inverno, capturando as principais tendências de moda esportiva, sempre com foco em qualidade e tecnologia. Além da consolidação das categorias Heroes, também investimos em novas coleções de modalidades que tem forte aderência com a marca. Entre elas, destacamos as coleções cápsula da modalidade triathlon e os produtos voltados para a prática de esportes aquáticos (linha watersports). Foi um ano também marcado pela volta dos eventos esportivos após praticamente dois anos de pausa devido à pandemia. Realizamos 1.609 eventos/experiências, compostos por 88 corridas de rua do circuito Santander Track&Field Run Series, 16 etapas do Track&Field Open de Beach Tennis, 37 T&F Experiences e 1.468 aulas do Programa Continue em Movimento, que disponibiliza treinos online gratuitos. Neste cenário de retomada, a Plataforma TFSports também acelerou a captação de usuários, atingindo a marca de 387 mil, com crescimento de 62,2% YoY. Encerramos o ano com mais de 3,5 mil treinadores conectados ao aplicativo, oferecendo aulas e eventos para a nossa base de clientes. Adicionalmente, parte desses treinadores já estão ativos no piloto do canal de vendas diretas, hoje concentrado em 4 grupos de franqueados, com resultados promissores. Quanto aos resultados financeiros, registramos mais uma vez um crescimento YoY acelerado, tanto em vendas líquidas (+30,6%), quanto em rentabilidade medida pelo EBITDA ajustado ou Lucro Líquido ajustado - respectivamente +37,5% e -32,0%. Um dos destaques do ano foi alavancagem operacional, com queda das despesas sobre vendas líquidas de 3,5 p.p., o que confirma a tese de que a partir do crescimento da empresa temos a oportunidade de diluir custos fixos e, com a maior representatividade do canal de franquias, temos um peso cada vez menor de despesas relacionadas a lojas próprias em relação ao total das vendas líquidas. O foco de 2023 será o de acelerar as estratégias iniciadas nos últimos dois anos. Enxergamos muitas oportunidades para crescimento físico da rede, mas também de aumento de vendas nas mesmas lojas através de uma operação cada vez mais eficiente, implementação da segunda onda de omnicanalidade com foco em vitrine infinita, avanços na operação de e-commerce, social selling, consolidação do TFMall (market place), novo modelo de loja, além da evolução contínua da Plataforma TFSports. Agradecemos mais uma vez os nossos colaboradores, nosso Conselho de Administração, franqueados, fornecedores pelo engajamento e parceria, e aos nossos acionistas pela confiança em nós depositada.

A ADMINISTRAÇÃO

Table with 7 columns: Item, 4T22, 4T21, Var. 4T22/4T21, 2022, 2021, Var. 2022/2021. Rows include Desempenho Financeiro, Resultados Financeiros, Receita Líquida, Lucro Bruto, Margem Bruta, EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado, Lucro Líquido, Margem Líquida, Lucro Líquido Ajustado, Margem Líquida Ajustado, Caixa Líquido, Equivalentes Lq. Caixa.

Nota: Valores ajustados referem-se a medições não contábeis para fins de comparabilidade e melhor análise do mercado.
\*EBITDA Ajustado: exclusão dos efeitos do IFRS 16 (feito da exclusão de despesa de depreciação do direito de uso e despesa de arrendamento referente aos aluguéis) e despesas não recorrentes.
^Lucro Líquido Ajustado: exclusão da aplicação do IFRS 16 e despesas não recorrentes.
^Caixa líquido: caixa e equivalentes de caixa - Empréstimos financeiros.
\*Equivalentes Líquidos de Caixa: Caixa líquido + Recebíveis de cartões.

Table with 7 columns: Item, 4T22, 4T21, Var. 4T22/4T21, 2022, 2021, Var. 2022/2021. Rows include EBITDA, Lucro Líquido, (+) Imposto de Renda e CS, (+) Resultado Financeiro Líquido, (+) Depreciação e amortização, Margem EBITDA, Ajuste IFRS-16, Ajuste Não Recorrente\*, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado.

\* A tabela com a abertura dos Não Recorrentes se encontra na página 21.
O EBITDA totalizou R\$ 48,4 milhões no trimestre, com crescimento de 10,7% em comparação ao 4T21. A Margem EBITDA no 4T22 foi de 26,1% versus 28,8% no mesmo período do ano anterior, com impacto da queda de margem bruta em função do mix e da estabilidade das despesas sobre vendas líquidas. Excluindo os efeitos do IFRS-16 e despesas não recorrentes, o EBITDA Ajustado somou R\$ 43,2 milhões no 4T22, com margem de 23,3% e crescimento de 10,0%.

EBITDA Ajustado



Resultado Financeiro

Table with 7 columns: Item, 4T22, 4T21, Var. 4T22/4T21, 2022, 2021, Var. 2022/2021. Rows include Resultado Financeiro (RS mil), Receitas Financeiras, Despesas Financeiras, Resultado Financeiro, Efeito Líquido dos Ajustes, Resultado Financeiro Ajustado\*.

O Resultado Financeiro Ajustado, excluindo-se os efeitos do IFRS 16, foi de R\$ 957 mil no trimestre. Apesar do incremento nas receitas financeiras proveniente de rendimentos de aplicações financeiras (aumento da Selic), esse efeito foi neutralizado pelo menor taxa vs. 2021, refletindo o aumento dos investimentos do período, direcionados, principalmente, para reformas de lojas, capacidade produtiva e desenvolvimento da plataforma TFSports. No ano, o Resultado Financeiro Ajustado foi de R\$ 3,4 milhões, 13,9% superior ao reportado no ano anterior. A Companhia manteve ao longo de 2022 a sua posição de dívida zero, sem desconto de recebíveis ou operações financeiras para alongar prazo de pagamento de fornecedores.

Lucro Líquido

Table with 7 columns: Item, 4T22, 4T21, Var. 4T22/4T21, 2022, 2021, Var. 2022/2021. Rows include Lucro Líquido (RS mil e %), Margem Líquida, (+) Ajuste IFRS-16, (+) Ajuste Não Recorrente\*, Lucro Líquido Ajustado, Margem Líquida Ajustada.

\* A tabela com a abertura dos Não Recorrentes se encontra na página 21.
O Lucro Líquido atingiu R\$ 34,7 milhões no 4T22, -1,0% em relação aos R\$ 35,1 milhões do 4T21. A margem líquida encerrou o trimestre com 18,7%. O Lucro Líquido Ajustado, sem efeitos da aplicação do IFRS 16 e despesas não recorrentes, totalizou R\$ 35,5 milhões no trimestre, crescendo 2,5% em relação ao resultado de R\$ 34,6 milhões registrado no 4T21. A margem líquida ajustada do trimestre foi de 19,1%. Em 2022, o Lucro Líquido Ajustado totalizou R\$ 100,0 milhões, crescendo 32,0% em relação aos R\$ 75,7 milhões registrados em 2021.

Lucro Líquido Ajustado



Fluxo de Caixa

Table with 3 columns: Item, 2022, 2021. Rows include Fluxo de Caixa (RS mil), Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais, Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento, Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento, Aumento / Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa, Saldo Inicial de Caixa, Saldo Final de Caixa.

A companhia registrou em 2022 um aumento da sua geração de caixa operacional versus 2021, refletindo positivamente o crescimento com aumento de rentabilidade. Essa melhoria do caixa operacional foi absorvida pelo aumento dos investimentos, principalmente em reformas, capacidade produtiva e desenvolvimento da Plataforma TFSports, bem como pela compra de ações (grupo atividade de financiamento) no valor de R\$ 12,3 milhões. Encerramos o ano de 2022 com um saldo de caixa de R\$ 60,5 milhões, dívida zero e equivalentes de caixa (caixa + recebíveis de cartões de crédito) de R\$ 141,6 milhões.

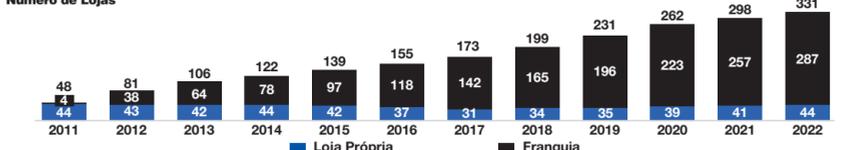
Principais Informações Operacionais

Operamos por meio de uma abrangente rede de distribuição com alcance nacional, composta em 31 de dezembro de 2022 por (i) canal de lojas próprias, que inclui 34 lojas e 10 outlets, (ii) canal de franqueados, que inclui 287 franquias, (iii) e-commerce, e (iv) eventos e experiências esportivas. Considerando o sell out captado por todos estes canais no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2022, as lojas próprias representam 60%, franquias 33% e e-commerce 7%. Nossa loja física está estrategicamente localizada em locais de fluxo relevante de pessoas e alta visibilidade, incluindo shopping centers selecionados, ruas, aeroportos e academias, que, em nossa visão, são frequentados por público que compactua com o estilo de vida ativo e saudável que buscamos oferecer por meio de nossos produtos e experiências. Vale destacar que os produtos com marca Track&Field são vendidos exclusivamente pela nossa rede de lojas e site, sem presença em varejistas multimarcas, como forma de garantir a melhor experiência de compra aos nossos clientes. Encerramos o ano com 331 lojas (entre lojas físicas próprias e franquias, somado ao e-commerce). O crescimento no número de lojas nos últimos 10 anos se deu principalmente em razão da abertura de novas franquias. A imagem a seguir apresenta a distribuição, em 31 de dezembro de 2022, das nossas lojas físicas no território brasileiro, por regiões e franquias e lojas próprias:



Segundo o plano de expansão de nossa rede física, abrimos 35 lojas no ano de 2022. Esse modelo tem nos possibilitado evoluir com sucesso em cidades menores ao identificar franqueados com potencial para explorar determinadas regiões, com custos de ocupação bastante atraentes, além de alavancar as nossas iniciativas de omnicanalidade. Acreditamos que nossas lojas físicas fornecem uma experiência de compra diferenciada ao cliente, por meio de um atendimento personalizado e identidade visual própria, com um layout alinhado aos conceitos e à imagem da nossa marca, com padrões estabelecidos para toda a rede, tanto em lojas próprias quanto em franquias.

Número de Lojas



Nota: E-Commerce considerado como 1 loja própria.
Este crescimento foi possível devido ao modelo desenvolvido pela Companhia, que acreditamos ser capaz de melhor alinhar os interesses de todos os envolvidos (franqueados, clientes e Companhia), com diferenciais tais como a cobrança de royalties somente na venda do produto ao consumidor final (enganco a prática usual de mercado de franquias de varejo no Brasil é a cobrança de royalties no momento da venda do produto ao franqueado), cerca de 40 coleções cápsula por ano, possibilidade de compra e abastecimento semanal dos produtos e ausência de quantidades mínimas de produto. A Companhia também fornece auxílio para franqueados abrirem novas lojas, desde suporte legal para contratos até o plano de arquitetura, reforma e montagem das lojas. O tempo médio de abertura de uma loja a partir da assinatura dos contratos de locação e franquia é de 60 dias. Ao longo de todo o período de parceria, a Companhia segue ajudando com a realização de treinamentos periódicos, acompanhamento de performance (em média 1 supervisor para cada 20 lojas), auxílio estratégico e demais suportes para a gestão do negócio. Adicionalmente, o layout de lojas, visual merchandising, campanhas de marketing e modelo de atendimento são padronizados, além de os nossos sistemas de TI serem 100% integrados. O nosso processo de decisão para determinação sobre a abertura de loja própria ou franquia em determinado ponto comercial leva em consideração fatores como potencial de vendas, concentração, performance recente no caso de grupos de franqueados da rede e proximidade com outras lojas. Nosso processo de seleção de franqueados para operar uma nova loja considera fatores como a sua identificação com a marca, histórico de operações (no caso de franqueados existentes) e capacidade de desenvolver relacionamento com as comunidades locais, promovendo experiências que reforcem cada vez mais o conceito de wellness.

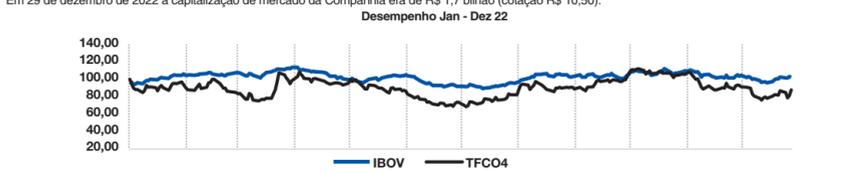
Canais Digitais e Plataforma Omnicanalidade

A Track&Field está em constante transformação, aperfeiçoando de forma contínua seu ecossistema de wellness, por meio da implementação de inovações e tecnologias que permitam ampliar a capacidade de atuação digital da marca. Seguimos observando resultados positivos das iniciativas de ship from store - lojas físicas funcionam como minicentros de distribuição - e do pick up in store - retirada de pedidos feitos online nas lojas físicas - ampliando o conceito de omnicanalidade para toda a rede. Ao final do trimestre, atingimos um total de 331 lojas, com 293 operando em ambas as modalidades, trazendo maior conveniência aos nossos clientes. Da receita digital, ao final do 4T22, 74,0% aconteceram por meio das vendas por ship from store. A rede de lojas físicas está cada vez mais integrada com a incorporação de novas funcionalidades como o seller abrangente, iniciativa que permite que atualmente 22 lojas atuem como mini CDs, disponibilizando os seus estoques na vitrine do e-commerce e realizando a entrega de produtos em todo o território nacional. Além disso, iniciamos recentemente a segunda onda de omnicanalidade, agora com foco na vitrine infinita (piloto em 54 lojas) e no nosso TFMall - marketplace com curadoria no segmento de wellness. Outra iniciativa que continua em destaque é o social selling, que representa 38,2% do Sell Out do 4T22. Dentro deste critério de social selling, consideramos as vendas realizadas através de envio de link de pagamento e entrega do produto no endereço indicado pelo cliente, a conversão de venda em loja física de uma transação que se iniciou com um contato pelo Whatsapp (venda influenciada), além de produtos vendidos em demonstração para os clientes. Essas iniciativas de social selling têm sido fundamentais para alavancar vendas nas lojas, aumentar a produtividade da equipe de vendas e elevar o nosso ticket médio. Complementando a implementação de todas essas iniciativas em nossa rede, contamos com uma operação logística otimizada, possibilitando a entrega dos produtos vendidos em no máximo 2 dias úteis. Essa entrega super expressa continuou representando cerca de 84% de todo o delivery no 4T22. Nosso portfólio de produtos é composto por vestuário esportivo (Sportswear), vestuário de praia (Beachwear), acessórios esportivos (Accessories) e calçados esportivos (Footwear). Atualmente a Companhia possui iniciativas estratégicas para todas as categorias de seu portfólio, como (i) Sportswear, com aumento da linha comfitstyle/athleisure (junção das palavras "atleítico" e "lazer") para uso de vestimentas da categoria casual, mantendo nossa presença ativa no cotidiano de nossos clientes e nos adaptando aos novos hábitos do consumidor, (ii) Beachwear: moda praia com eventos específicos voltados para alavancar vendas e mudança no mix de produtos, (iii) Accessories: venda cruzada de acessórios com os eventos promovidos pela Companhia, e (iv) Footwear: ampliar o foco na categoria de calçados esportivos e alavancar as vendas do private label (marca própria).

Plataforma TFSports

Em linha com a tendência digital potencializada pela pandemia e uma maior demanda por uma vida mais ativa e saudável, nosso app TFSports vem apresentando crescimento constante no número de usuários cadastrados, em torno de 387 mil no 4T22 (+62,2% em relação ao 4T21). Foram realizadas 1.468 aulas do "Continue em Movimento" no ano de 2022, com mais de 31 mil inscritos. Além das funcionalidades já existentes, como as aulas gratuitas e os eventos atuais, o aplicativo também passou a conectar mais de 3 mil treinadores, que oferecem aulas pagas ou gratuitas à nossa base de clientes. Com o avanço da vacinação, conseguimos retomar os eventos em 2022 e realizamos 88 corridas de rua, incluindo a primeira maratona da história do circuito, que aconteceu em Araçájo. O Track&Field Open de Beach Tennis contou com 16 etapas por todo país, passando por 15 cidades e realizamos 37 eventos do T&F Experience, que são aulas presenciais conduzidas por treinadores especializados em diferentes modalidades como Caique, Yoga, Bike, Fight, Tênis, Beach Tennis, Canoas Havaianas, Funcional, Paddle Sports, Kangoon Jump, Bike Indoor, entre outros. Para 2023 continuaremos acelerando os eventos e aulas, com previsão de cerca de 2.000 eventos/aulas, consolidando a TFSports como uma das maiores plataformas do mundo de organização de experiências relacionadas a um estilo de vida ativo saudável.

Mercado de Capitais



Relacionamento com auditores independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº381/03, informamos que nossos auditores independentes não prestaram serviços que não os relacionados à auditoria das demonstrações Financeiras. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

Declaração da Diretoria

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas aos doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2022.

Agradecimentos

A Administração agradece aos acionistas, aos Conselheiros, aos clientes e fornecedores, aos franqueados, às instituições financeiras pelo apoio e confiança, e aos seus colaboradores pela dedicação e empenho.

São Paulo, 16 de março de 2023.
A Administração.

continua ->

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 2BAE-033E-AA47-A760.



\*continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Track & Field Co S.A.

Participação acionária - %	2021				2022			
	Ativo não circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado líquido	Valor do investimento
Track & Field Franchising Ltda.	100	42.979	3.502	12.440	3.006	31.035	67.255	48.049
Real Time Sports Ltda.	100	1.941	75	11.897	1.859	(11.740)	13	(3.629)
Retail Solutions Assessoria e Consultoria de Merchandising Ltda.	100	40	4.237	796	75	3.406	3	(1.622)
Fraxet Licenciamento de Marcas Ltda.	100	11.860	4.458	4.472	-	11.846	18.331	13.834
The Track & Field Store INC.	100	16	-	8	-	8	-	(71)
Track & Field Café Ltda.	100	429	614	129	-	914	292	(285)
								<u>35.469</u>
								<u>57.276</u>
Ativo - Investimentos								47.209
Passivo - Investimentos - passivo a descoberto								(11.740)

b) Movimentação dos investimentos:  
Saldos em 31 de dezembro de 2020  
Ajuste de conversão de moeda  
Dividendos recebidos  
Capitalização  
Resultado de equivalência patrimonial  
Baixas em 31 de dezembro de 2021  
Dividendos recebidos  
Capitalização  
Resultado de equivalência patrimonial  
Saldos em 31 de dezembro de 2022

Track & Field Franchising	Real Time Sports	Retail Solutions	Fraxet	The Track & Field Store	Track & Field Café	Total
38.887	(10.761)	(1.264)	(691)	2	-	26.173
-	-	-	-	2	-	2
(56.901)	-	-	(3.020)	-	-	(59.921)
-	2.650	6.292	1.723	75	1.199	11.939
49.049	(3.629)	(1.622)	13.834	(71)	(285)	57.276
31.035	(11.740)	3.406	11.846	8	914	35.469
(46.171)	-	-	(28.890)	-	-	(75.061)
-	11.192	6.998	-	63	2.352	20.605
27.554	313	(1.023)	47.842	(72)	(1.034)	73.580
12.418	(235)	9.381	30.798	(1)	2.232	54.593
12.418	-	9.381	30.798	-	2.232	54.829
-	-	(235)	-	(1)	-	(236)

9. Imobilizado e Intangível: a) Imobilizado:  
Máquinas e equipamentos  
Instalações  
Móveis e utensílios  
Computadores e periféricos  
Benefícios em imóveis de terceiros  
Telefonia  
Adiantamento para aquisição de imobilizado  
Arrendamento - direito de uso aluguel  
Total  
Máquinas e equipamentos  
Instalações  
Móveis e utensílios  
Computadores e periféricos  
Benefícios em imóveis de terceiros  
Telefonia  
Adiantamento para aquisição de imobilizado  
Arrendamento - direito de uso  
Total  
(\*) Refere-se ao custo das obras em novos pontos de venda, e as reformas significativas nos pontos de venda já existentes, depreciados de acordo com o prazo dos contratos de locação correspondentes. (\*\*) Refere-se ao direito de uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16), das lojas e centros de distribuição, substancialmente, depreciados conforme prazo do contrato, vide nota nº 13. Com base no resultado apurado no exercício de 2022 e expectativa de resultado para os próximos exercícios, a Administração da Companhia concluiu que não há indicativo da necessidade de registro de redução ao valor recuperável de seus ativos. A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

Controleadora	2022	2021	Consolidado	2022	2021
Saldo inicial do exercício	86.209	51.712	90.124	56.196	-
Adições (*)	49.361	48.367	52.596	49.615	-
Baixas	(957)	(4.407)	(957)	(4.407)	-
Depreciação	(15.918)	(10.064)	(17.310)	(11.281)	-
Saldo final do exercício	119.315	86.209	124.453	90.124	-

b) Intangível:  
Pontos comerciais  
Software  
Total  
Controleadora 2022 2021  
Custo de aquisição Amortização acumulada Total Total  
Pontos comerciais 5.204 (4.614) 590 66  
Software 1.246 (1.060) 186 301  
Total 6.450 (5.674) 776 367  
Consolidado 2022 2021  
Custo de aquisição Amortização acumulada Total Total  
Pontos comerciais 5.204 (4.614) 590 66  
Marcas e Patentes 72 - 72 72  
Software 11.346 (1.060) 10.286 4.837  
Total 16.622 (5.674) 10.948 4.975  
A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

Controleadora	2022	2021	Consolidado	2022	2021
Saldo inicial	367	552	4.975	1.451	-
Adições	603	-	7.949	3.841	-
Amortização	(194)	(185)	(1.977)	(917)	-
Saldo final	776	367	10.948	4.975	-

10. Fornecedores:  
Fornecedores nacionais  
Fornecedores de materiais e mercadorias  
Fornecedores material de consumo  
Fornecedores de imobilizado  
Total de fornecedores nacionais  
Fornecedores estrangeiros  
Fornecedores de imobilizado  
Total de fornecedores estrangeiros  
Total  
Passivo circulante  
Passivo não circulante  
Em 31 de dezembro de 2022 o prazo médio de pagamento dos fornecedores nacionais é 71 dias (58 dias em 31 de dezembro de 2021). O saldo de fornecedores estrangeiros será liquidado em 27 parcelas, conforme nota nº 24 (c).  
11. Obrigações trabalhistas e previdenciárias:  
Salários  
Pró-labore  
PLR  
Bônus  
FGTS  
INSS  
IRRRF  
Provisão de férias  
Outras  
Total

Controleadora	2022	2021	Consolidado	2022	2021
Salários	4.935	3.459	5.342	3.714	-
Pró-labore	282	455	501	716	-
PLR	4.082	3.387	5.742	6.227	-
Bônus	914	142	914	142	-
FGTS	798	595	880	651	-
INSS	2.879	2.030	3.188	2.826	-
IRRRF	1.834	1.456	1.835	1.459	-
Provisão de férias	7.909	5.856	8.952	6.407	-
Outras	33	17	34	98	-
Total	23.666	17.397	27.388	22.284	-

12. Obrigações Tributárias:  
ICMS  
PIS  
COFINS  
IRPJ e CSLL  
Outras  
Total  
13. Arrendamentos direito de uso a pagar: Atualmente o Grupo possui 47 contratos de locação firmados com terceiros, sendo 41 referentes às lojas, 2 referentes aos centros de distribuição e 4 referentes aos centros administrativos. Os contratos de locação de lojas, em sua maioria, prevêm uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação, com prazos de duração média de cinco anos, sujeitos à renovação. A tabela abaixo evidencia as taxas nominais praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos:

Prazo dos contratos	Taxa % a.a.
Até 5 anos	De 8,78% a 13,97%
De 6 a 10 anos	De 9,78% a 13,97%
De 11 a 16 anos	De 11,09% a 15,99%

a) A movimentação dos saldos do ativo de direito de uso é evidenciada no quadro abaixo:

Controleadora	2022	2021	Consolidado	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	44.806	-	46.948	-	-
Adições de novos contratos	31.887	-	31.887	-	-
Remensuração (*)	7.905	-	7.909	-	-
Baixas	(4.383)	-	(4.383)	-	-
Depreciação	(7.854)	-	(8.471)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	72.361	-	73.890	-	-
Adições de novos contratos	5.554	-	6.760	-	-
Remensuração (*)	17.203	-	17.444	-	-
Baixas	(957)	-	(957)	-	-
Depreciação	(12.121)	-	(12.815)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	82.040	-	84.322	-	-

(\*) Remensuração dos valores de arrendamento na data do reajuste anual e custo operacional. b) Os saldos e a movimentação dos passivos de direito de uso no exercício são:

Controleadora	2022	2021	Consolidado	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	48.340	-	50.933	-	-
Adições	31.887	-	31.887	-	-
Remensuração (*)	7.905	-	7.909	-	-
Baixas	(4.383)	-	(4.383)	-	-
Encargos financeiros apropriados	5.708	-	5.901	-	-
Amortização de principal e juros (**)	(12.417)	-	(13.253)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	77.040	-	78.994	-	-
Adições	5.485	-	6.691	-	-
Remensuração (*)	17.203	-	17.444	-	-
Baixas	(957)	-	(957)	-	-
Encargos financeiros apropriados	7.715	-	7.889	-	-
Amortização de principal e juros (**)	(17.741)	-	(18.694)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	88.745	-	91.367	-	-

Passivo circulante  
Passivo não circulante  
Total  
(\*) Remensuração dos valores de arrendamento na data do reajuste anual.  
(\*\*) Em decorrência da pandemia da COVID-19, a Companhia obteve desconto nos pagamentos dos seus aluguéis, afetando inclusive os contratos de arrendamento. Os valores não pagos no período e amortizados, devido desconto no período da pandemia COVID-19, correspondem R\$38 no consolidado para o exercício de 2021. A Administração adotou o expediente prático aprovado pela CVM (deliberação nº 859), sem considerar os descontos como modificação nos arrendamentos. Os compromissos futuros oriundos dos contratos vigentes, considerando a parcela fixa a valores de 31 de dezembro de 2022, estão demonstrados no cronograma de pagamentos a seguir:

Controleadora	2022	2021	Consolidado	2022	2021
Até 1 ano	14.756	-	15.767	-	-
De 2 a 3 anos	26.489	-	27.111	-	-
De 4 a 5 anos	21.079	-	21.282	-	-
De 6 e 7 anos	16.635	-	16.904	-	-
Acima de 7 anos	9.786	-	10.302	-	-
Total	88.745	-	91.367	-	-

Em 31 de dezembro de 2022, os aluguéis variáveis de contratos de curto prazo ou de baixo valor que não foram reconhecidos como direito de uso estão registrados na rubrica "Aluguéis e condomínios" totalizando R\$12.672 na controleadora e R\$13.054 no consolidado, (R\$11.912 na controladora e R\$12.162 no consolidado em 31 de dezembro de 2021), conforme nota nº 20. Em 31 de dezembro de 2022, as movimentações das contas de resultado do exercício para os arrendamentos

Controleadora	2022	2021	Consolidado	2022	2021
Atualização monetária	62	(48)	14	62	1.570
Saldo em 31 de dezembro de 2022	537	256	793	588	18.540

Atualização monetária  
Saldo em 31 de dezembro de 2022  
Depósitos judiciais atrelados aos processos de contingência  
Saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2022

Controleadora	2022	2021	Consolidado	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.023	418	1.441	1.074	11.957
Adições	16	225	241	16	3.696
Baixas por perda	(275)	(275)	(275)	-	(275)
Atualização monetária	26	94	120	26	645
Saldo em 31 de dezembro de 2021	790	737	1.527	841	16.298

Depósitos judiciais atrelados aos processos de contingência  
Saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2021  
15. Adiantamento de eventos: Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia efetuou adiantamentos de patrocinadores de provas esportivas no total de R\$ 8.243, que foi utilizado integralmente para as atividades esportivas ao longo de 2022, não restando saldo em 31 de dezembro de 2022.  
c) Capital social e direitos das ações: O capital social, subscrito e integralizado, está composto, como segue:

Controleadora	2022	2021	Consolidado	2022	2021
Taxa média anual de depreciação - %	10	12.706	(1.461)	11.245	2.368
Custo de aquisição	10	13.979	(5.538)	8.441	3.109
Depreciação acumulada	10	5.093	(2.300)	2.793	1.535
Total	20	5.589	(2.851)	2.738	1.724

Quantidade de ações em tesouraria  
Quantidade de ações em circulação  
Média ponderada de número de ações preferenciais em tesouraria  
Base para cálculo percentual de direito a dividendos (\*)  
% a ser aplicado sobre os dividendos  
(\*) Excluídas ações em tesouraria. Programa de recompra de ações: O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 30 de junho de 2022 o Programa de Recompra de Ações, com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas da Companhia mediante a aquisição das ações preferenciais de sua própria emissão, para permanência em tesouraria, bonificação, alienação ou cancelamento, sem redução do capital social da Companhia. O programa prevê a aquisição de até 2.750.000 ações preferenciais a preço de mercado e permanecerá vigente por 18 meses, até 30 de dezembro de 2023. No exercício de 2022, a Companhia realizou recompra de 1.210.200 unidades de ações preferenciais, pelo valor de R\$12.256. b) Ações preferenciais em tesouraria:

Controleadora	2022	2021	Consolidado	2022	2021
Balanco Patrimonial	82.040	95.659	84.322	124.440	-
Requerimento CVM (sem inflação projetada)	88.745	105.980	91.367	131.126	-
Balanco Patrimonial CVM	12.121	14.755	12.815	15.611	-
Requerimento CVM (com inflação projetada)	7.715	8.155	7.890	8.411	-

A tabela a seguir detalha as diferenças entre saldos de ativo, saldos de passivo, valores de depreciação, e juros, ano a ano, entre a metodologia sugerida no Ofício-Circular/CVM/SECOP nº 02/2019 e a adoção escolhida pelo Grupo, em plena conformidade com o CPC 06 (R2)/IFRS 16. A tabela evidencia que ao final dos contratos de arrendamento ambas as formas de adoção apresentam efeito nulo no Patrimônio Líquido do Grupo.

Controleadora	2022	2021	Consolidado	2022	2021
Saldo inicial	367	552	4.975	1.451	-
Adições	603	-	7.949	3.841	-
Amortização	(194)	(185)	(1.977)	(917)	-
Saldo final	776	367	10.948	4.975	-

14. Provisão para Riscos Civis, Trabalhistas e Tributários e Depósitos Judiciais: A Companhia apresenta abaixo as movimentações e saldos das contingências líquidas dos depósitos judiciais correspondentes:

Controleadora	2022	2021	Consolidado	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.179	819	6.998	9.706	16.648
Adições	20	12	32	172	2.630
Baixas	(1.022)	(831)	(1.853)	(1.698)	(831)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.177	-	5.177	8.180	18.447

Valor total aprovado por ação  
Valor por ação PN (R\$) PN (R\$) PN (R\$) PN (R\$) PN (R\$) PN (R\$)  
Data de aprovação (RS x 1000) 0,06199523 0,006199552 2012/2022 28/04/2023 29/09/2022 8,650 0,055308639 0,005530864 29/09/2022 28/04/2023  
Data de aprovação (RS x 1000) 0,06199523 0,006199552 2012/2022 28/04/2023 29/09/2022 8,650 0,055308639 0,005530864 29/09/2022 28/04/2023  
Data de aprovação (RS x 1000) 0,06199523 0,006199552 2012/2022 28/04/2023 29/09/2022 8,650 0,055308639 0,005530864 29/09/2022 28/04/2023  
Data de aprovação (RS x 1000) 0,06199523 0,006199552 2012/2022 28/04/2023 29/09/2022 8,650 0,055308639 0,005530864 29/09/2022 28/04/2023

Reserva de Capital - Outorga de opção de compra de ações: O saldo da outorga de opções de compra de ações no valor de R\$1.279 em 31 de dezembro de 2022, revertido conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração em 11 de novembro de 2021, tendo em vista que não há outro plano de remuneração baseado em ações. g) Incentivo Fiscal: A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais de ICMS nas operações com produtos têxteis (artigo 41 do Anexo III do RICMS/SP - Portaria DAT nº 35/17) que são classificados como subvenções para investimento, nos termos da Lei Complementar 160/2017 que dispõe sobre convênio que permite aos Estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das vendas, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal e a reinstituição das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais; e altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui saldo de R\$5.645 de reserva de créditos tributários, constituídos e não constituídos, em decorrência do resultado de 29/09/2022 e divulgado por meio de fato relevante da mesma data, com pagamento inicialmente previsto para 30/03/2023, será pago também em 28/04/2023, juntamente com os juros sobre capital próprio declarado na presente data.

Reserva de Capital - Outorga de opção de compra de ações: O saldo da outorga de opções de compra de ações no valor de R\$1.279 em 31 de dezembro de 2022, revertido conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração em 11 de novembro de 2021, tendo em vista que não há outro plano de remuneração baseado em ações. g) Incentivo Fiscal: A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais de ICMS nas operações com produtos têxteis (artigo 41 do Anexo III do RICMS/SP - Portaria DAT nº 35/17) que são classificados como subvenções para investimento, nos termos da Lei Complementar 160/2017 que dispõe sobre convênio que permite aos Estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das vendas, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal e a reinstituição das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais; e altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui saldo de R\$5.645 de reserva de créditos tributários, constituídos e não constituídos, em decorrência do resultado de 29/09/2022 e divulgado por meio de fato relevante da mesma data, com pagamento inicialmente previsto para 30/03/2023, será pago também em 28/04/2023, juntamente com os juros sobre capital próprio declarado na presente data.

Controleadora	2022	2021	Consolidado	2022	2021
Recicla Bruta	493.854	356.336	441.537	356.676	-
Recicla Bruta de Mercadorias	197.253	158.421	197.253	158.421	-
Recicla Bruta de Serviços Prestados	5.941	2.626	5.941	2.626	-
Total da Receita Bruta de Mercadorias	643.048	517.383	644.731	517.723	-
Royalties (i)	2.451	1.403	103.454	79.515	-
Eventos	-	-	27.914	16	-
Total da Receita Bruta de Serviços Prestados	2.451	1.403	131.368	79.531	-
Deduções da receita bruta:	(90.329)	(75.471)	(90.443)	(75.492)	-
COFINS (ii)	(37.425)	(30.477)	(44.293)	(33.325)	-
PIS (iii)	(8.122)	(6.617)	(9.613)	(7.233)	-
ISS	(52)	(32)	(4.578)	(4.732)	-
Deduções de vendas (iv)	(59.742)	(41.882)	(59.746)	(41.883)	-
Total das Deduções da receita bruta	(195.669)	(154.479)	(208.673)	(162.662)	-
Receita Líquida de Vendas de Mercadorias e Serviços Prestados	448.909	364.307	567.426	434.592	-

Recicla Bruta  
Varejo - Rede Própria  
Mercadorias para Franquias  
Outras  
Total da Receita Bruta de Mercadorias  
Royalties (i)  
Eventos  
Total da Receita Bruta de Serviços Prestados  
Deduções da receita bruta:  
COFINS (ii)  
COFINS (iii)  
PIS (iii)  
ISS  
Deduções de vendas (iv)





## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2BAE-033E-AA47-A760> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2BAE-033E-AA47-A760



### Hash do Documento

2305815E8BDC94DB338AC9B4FE6AC24FA6F1FA40C7F37D6A8B087BF62B457092

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/03/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em  
21/03/2023 22:50 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -  
33.270.067/0001-03

